



澳門特別行政區 立法會會刊

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU

第四屆立法會 第二立法會期 (二零一零一二零一一)
IV LEGISLATURA 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2010-2011)

第一組 第 IV-31 期
I Série N.º IV-31

Data: 17 de Novembro de 2010

Início da reunião: 15 horas

Termo da reunião: 18 horas e 5 minutos

Local: Sala do Plenário do edifício da Assembleia Legislativa, sito nos Aterros da Baía da Praia Grande, Praça da Assembleia Legislativa.

Presidente: Lau Cheok Va

Vice-Presidente: Ho Iat Seng

Primeiro-Secretário: Chui Sai Cheong

Segundo-Secretário: Kou Hoi In

Deputados presentes: Lau Cheok Va, Ho Iat Seng, Chui Sai Cheong, Kou Hoi In, Fong Chi Keong, Kwan Tsui Hang, Leonel Alberto Alves, Ng Kuok Cheong, Vitor Cheung Lup Kwan, Tsui Wai Kwan, Chan Chak Mo, Cheang Chi Keong, Au Kam San, Wong Hin Fai, Ung Choi Kun, José Maria Pereira Coutinho, Chui Sai Peng, Leong On Kei, Chan Meng Kam, Lee Chong Cheng, Ho Sio Kam, Lau Veng Seng, Lam Heong Sang, Mak Soi Kun, Chan Wai Chi, Sio Chi Wai, Ho Ion Sang, Melinda Chan Mei Yi e Tong Io Cheng.

Convidados: Chui Sai On, Chefe do Executivo;
Florinda Chan, Secretária para a Administração e Justiça;
Tam Pak Yuen Francis Tam, Secretário para a Economia e Finanças;
Cheong Kuoc Vá, Secretário para a Segurança;
Cheong U, Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura;
Lau Sio Io, Secretário para os Transportes e Obras Públicas;
Fong Man Chong, Comissário contra a Corrupção;
Ho Veng On, Comissário de Auditoria;
José Proença Branco, Comandante-geral dos Serviços de Polícia Unitários;
Choi Lai Hang, Director-geral dos Serviços de Alfândega da RAEM;
Tam Chon Weng Alexis, Chefe do Gabinete do Chefe do Executivo;
Cheong Chui Ling, Chefe do Gabinete da Secretária para a Administração e Justiça;
Lok Kit Sim, Chefe do Gabinete do Secretário para a Economia e Finanças;
Vong Chun Fat, Chefe do Gabinete do Secretário para a Segurança;

Cheung So Mui Cecília, Chefe do Gabinete do Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura;

Wong Chan Tong, Chefe do Gabinete do Secretário para os Transportes e Obras Públicas;

Sam Vai Keong, Chefe do Gabinete do Comissariado contra a Corrupção;

Chio Chim Chun, Chefe do Gabinete do Comissariado de Auditoria;
Vitória Alice Maria da Conceição, Directora, substituta, dos Serviços de Finanças;

Leong Heng Teng, Membro do Conselho Administrativo;

Liu Chak Wan, Membro do Conselho Administrativo;

Ma Iao Lai aliás Alexandre Ma, Membro do Conselho Administrativo;

Leong Wai Tak, Membro do Conselho Administrativo;

Ho Sut Heng, Membro do Conselho Administrativo;

Eddie Wong Yue Kai, Membro do Conselho Administrativo;

Tam Ka Wa, Adjunta do Gabinete do Chefe do Executivo.

Ordem do Dia: Sessão de perguntas e respostas sobre o relatório das Linhas de Acção Governativa para o ano financeiro de 2011, com a presença do Chefe do Executivo.

Sumário: Resposta do Chefe do Executivo às perguntas colocadas pelos Deputados em relação a assuntos ligados às LAG.

Acta:

Presidente: Sr. Chefe do Executivo, Srs. titulares dos principais cargos, Srs. representantes do Governo, Srs. Deputados:

Vamos dar início à sessão. A sessão de perguntas e respostas é a ordem do dia de hoje, em que o Sr. Chefe do Executivo vai responder às questões dos Srs. Deputados. Há vinte e três Srs. Deputados inscritos para intervirem. Pela ordem de inscrição, pedia ao primeiro Deputado inscrito para se pronunciar, que é o Sr. Deputado Kou Hoi In.

Kou Hoi In: Obrigado Sr. Presidente.

Sr. Chefe do Executivo, Srs. membros do Governo, caros Colegas:

Refere-se no Relatório das LAG que V. Exa. apresentou ontem, “iremos acelerar o ritmo de apreciação e autorização dos pedidos de contratação de trabalhadores não residentes formulados

pelas PME”. Temos sérias dúvidas que na prática seja possível atingir esse objectivo e resolver radicalmente o problema da falta de recursos que as micro, pequenas e médias empresas, enfrentam.

Lastimam-se essas empresas de ser hoje difícil recrutar pessoal e das complexas formalidades dos pedidos para importação de trabalhadores. Depois de apresentado o pedido, podem ficar meses à espera de uma resposta do Gabinete para os Recursos Humanos (GRH), sem poderem informar-se do respectivo andamento. Se for deferido, considera-se que a “sorte” lhes bateu à porta, caso contrário, há que, sem remédio, aceitar o facto, porque da decisão não cabe recurso. E é por isso mesmo que essas empresas já há muito se queixam do problema da falta de recursos humanos.

Macau pretende desenvolver-se como um “centro mundial de turismo e lazer”, mas luta com falta de trabalhadores, tanto indiferenciados como qualificados, assim sendo, como é que se pode dispor das condições para atingir essa meta?

Sr. Chefe do Executivo, para amainar a cólera dessas empresas, de que medidas dispõe para resolver, urgente e eficazmente, o problema da escassez de recursos humanos que as afecta? De que formas vão lançar mãos para acelerar efectivamente o ritmo de apreciação e autorização dos pedidos de importação de trabalhadores? Perante as futuras necessidades decorrentes do desenvolvimento económico, o GRH não tem que fazer ainda muito mais?

Obrigado.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado Sr. Presidente.

Obrigado Sr. deputado Kou Hoi In.

O Sr. deputado Kou Hoi In está atento à questão das pequenas e médias empresas, especialmente sobre o problema dos recursos humanos. Creio que as pequenas e médias empresas constituem um elemento muito importante no contexto global da RAEM, pois segundo os dados estatísticos preenchem uma boa fatia do mercado, razão por que, tal como referi ontem na apresentação das Linhas de Acção Governativa, o Gabinete de Recursos Humanos vai dar o devido apoio, como forma de colmatar a insuficiência de recursos humanos locais. Quanto ao processo de apreciação e ao problema do tempo em alguns procedimentos, de facto, já me reuni por diversas vezes com o Sr. Secretário Tam, comprometemo-nos, em termos de acção governativa, a dar uma especial atenção na apreciação dos pedidos de recrutamento de trabalhadores não residentes, em complemento à insuficiência de recursos humanos locais das pequenas e médias empresas de Macau. Creio que num futuro próximo iremos dedicar uma atenção especial às pequenas e médias empresas e cumprir a nossa promessa, de acordo com este princípio.

Tendo em consideração os ajustamentos da estrutura sectorial e as alterações económicas em Macau, compreendemos que as pequenas e médias empresas irão inevitavelmente ter que enfrentar dificuldades e desafios em termos de funcionamento. O Governo espera poder criar melhores condições para um melhoramento do ambiente de negócios, incluindo o apoio financeiro, a melhoria das condições de exploração comercial, a apreciação dos pedidos de recursos humanos qualificados, tal como referi há instantes, havendo vários planos de apoio, incluindo o Plano de Garantia de Crédito a Pequenas e Médias Empresas, o Plano de Garantia de Crédito a Pequenas e Médias Empresas destinado a Projectos Específicos, a Bonificação de Juros de Crédito para financiamento das empresas e

o Fundo de Desenvolvimento Industrial e de Comercialização, que foi também apresentado nas Linhas de Acção Governativa deste ano, para além da criação do Fundo para a Protecção Ambiental e Conservação Energética. Esperamos, também, apoiar os pequenos e médios estabelecimentos de comidas e bebidas, na redução da emissão de fumos e conservação energética, etc. Por outro lado, iremos dar o nosso total apoio aos médios, pequenos e micro estabelecimentos de comidas e bebidas tradicionais de Macau, que representam um determinado segmento de Macau e, como tal, através da segunda fase do projecto de apoio à preservação das características dos estabelecimentos de comidas de Macau, esperamos melhorar as condições de exploração comercial, para além de ser reforçado o apoio à resolução das dificuldades de recursos humanos e de divulgação que estes estabelecimentos enfrentam. Em suma, as pequenas e médias empresas de Macau são muito importantes, razão pela qual o Governo deve criar melhores condições para a sua manutenção. Esperamos também que as pequenas e médias empresas venham a ter um papel mais activo na transformação de Macau em futuro centro de turismo e de lazer de nível mundial, pois ocupam um lugar muito importante.

Em relação às mercadorias e aos produtos das pequenas e médias empresas de Macau, temos vindo a intensificar os contactos com o Continente. No próximo ano iremos recorrer à cooperação mútua para os divulgar junto das principais cidades do Continente, por exemplo, através da “Semana dinâmica de Macau”, como plataforma de desenvolvimento para divulgação das mercadorias e produtos junto das diferentes províncias e cidades do Continente, de forma a disporem de melhores perspectivas de comercialização. Da experiência colhida no passado, o evento teve algum êxito, pois a venda dos produtos em muitas cidades do Continente foi um sucesso, razão por que vamos intensificar os nossos esforços nesse sentido, para que as pequenas e médias empresas de Macau tenham um melhor desempenho através do apoio dado pelo Governo.

Obrigado Sr. Presidente.

Presidente: Sra. Deputada Melinda Chan.

Chan Mei Yi: Obrigada Sr. Presidente.

Sr. Chefe do Executivo, Srs. membros do Governo, caros Colegas:

Refere-se no relatório das LAG que atendendo à situação da procura de habitações públicas o planeamento da construção e oferta dessas fracções terá por base análises científicas e estratégicas. Refere-se que alguns terrenos das zonas de aterros serão destinados à construção de habitações públicas, com a pretensão de finalizar no próximo ano o projecto do Estudo do Planeamento Geral das Novas Zonas Urbanas de Macau. Será isso uma certeza de que, no próximo ano, vai ser apresentado um plano geral de longo prazo das habitações públicas?

Refere-se no relatório das LAG que as políticas habitacionais orientadas para o longo prazo visam o equilíbrio entre a habitação pública e as habitações do mercado imobiliário privado. O Governo vai ajustar de forma significativa os requisitos relativos à aquisição de habitações económicas, e vai estudar a prestação de apoio às famílias da classe média que têm alguma capacidade económica mas que enfrentam dificuldades com a aquisição da sua primeira casa no sector imobiliário privado. Os Estados Unidos da América adoptaram, pela segunda vez, a política monetária de facilitação quantitativa e vão comprar, até Junho do próximo ano, títulos de

dívida pública de longo prazo na ordem de 60 mil milhões dólares. Perante essa situação, registar-se-á a entrada de enorme quantidade de dinheiro quente no mercado internacional, sendo possível que os preços das habitações do sector imobiliário privado sejam, mais uma vez, “incentivados” a subir. De que medidas dispõe o Governo para ajudar a classe média na aquisição de casa própria? Como se pode assegurar o equilíbrio entre a habitação pública e as habitações do mercado imobiliário privado?

Obrigada.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado Sr. Presidente.

Agradeço as questões da Sr.^a deputada Melinda Chan Mei Yi.

Penso que a política habitacional a longo prazo, tal como temos referido ultimamente, tem a ver fundamentalmente com o bem-estar da população. Quanto às questões colocadas, vou tentar responder por partes. Em primeiro lugar, quanto ao receio de haver uma entrada de muitos capitais em Macau, e que possa provocar alguma influência no mercado imobiliário privado, pois bem, de facto, de acordo com os dados estatísticos, cerca de 72% da população tem habitação própria e creio que uma grande maioria dela deve fazer a amortização dos empréstimos por um período longo. O que mais nos aflige de momento é o efeito de bolha na economia, criado pela entrada de um grande fluxo de capitais. Pela experiência de muitas outras regiões, quanto mais depressa entram capitais, mais depressa saem. Mas, quando permanecem por algum tempo, podem fazer subir os preços do sector imobiliário. Toda a gente considera que o preço dos apartamentos está muito alto e, se subir mais, será que tal poderá criar também uma bolha no imobiliário e, no fim, quando os capitais se retraírem, será que a vítima é a própria população? Penso que o Governo deve supervisionar esta situação em permanência, definindo os princípios orientadores sobre esta matéria.

Quanto ao problema da habitação pública, julgo que toda a gente acompanha a questão. Antes de mais, a divulgação ao público do compromisso de concretização da construção faseada de 19 mil fracções de habitação pública até 2012, o que inclui a habitação social e a habitação económica, destinadas sobretudo aos que já estão há muito tempo em lista de espera. Aliás, o Governo já o afirmou anteriormente, vai haver um tratamento especial para os candidatos dessa lista de espera, na esperança de que venham a habitar essas casas o mais depressa possível. De igual modo, foi contemplado, através de regulamento administrativo, um subsídio temporário para comparticipação de 70% das rendas de casa desses candidatos. Quanto ao nosso futuro mercado de habitação pública, julgo que as pessoas estão mais preocupadas, em primeiro lugar, com o problema da falta de capacidade financeira. De facto, a habitação social disponibilizada pelo Governo é calculada em termos de valor de renda, para que a população tenha condições de a suportar. Em segundo lugar, quanto à habitação económica, toda a gente está atenta ao problema das pessoas da classe média, por um lado, alegando-se que não conseguem comprar casas no mercado imobiliário privado e, por outro, por não terem sequer a oportunidade para adquirir uma habitação económica. A nossa política no futuro tem em vista o aumento do limite dos rendimentos, para que a maioria dos residentes de Macau que não tenham capacidade para adquirir casa no sector privado possam ser apoiados, no sentido de terem condições para adquirir uma habitação económica, porém, como é óbvio, não nos estamos a referir às fracções habitacionais de grandes dimensões. Mas acho que deve haver uma definição muito clara quanto aos mercados de habitação

pública e habitação privada, porque até agora tem havido um problema de revenda de habitações económicas, razão por que se impõe a necessidade de alterar todo este sistema de revenda, de forma a separar os dois tipos de mercado, uma vez que o que o Governo pretende é garantir o bem-estar da população. Tal como tem vindo a ser comentado, tem havido um problema de revenda, envolvendo questões de interesse. Penso que no futuro vai ser proposto um alargamento do período de proibição de revenda, de forma a separar os dois mercados. Creio que a população irá aferir da sua capacidade financeira antes de se decidir pela aquisição.

Há que definir também o que se entende por classe média. Esta questão merece de facto uma reflexão, tendo sido tomada por referência a situação de muitas regiões, mas não há apenas uma definição de classe média, pois, se não estou em erro, há quem considere um limite máximo de rendimentos até 25 mil e outros abaixo das 30 mil para a sua definição. Posso adiantar-vos de facto, porque já conversei com o Sr. Secretário Lau por diversas vezes, que a posição do Governo é muito clara, pois quando os preços do mercado privado são demasiado elevados, devemos permitir aos residentes a possibilidade de adquirirem uma habitação económica, ainda que esta deva ser distinta do mercado privado, caso contrário haverá lugar a algumas situações anormais. Acho portanto que no futuro há dois aspectos principais a considerar, um, que é o alargamento dos limites máximos. Neste momento, o Grupo de Acompanhamento da Habitação Pública está a analisar esta questão, mas a minha opinião pessoal vai no sentido de um alargamento adequado do limite máximo, para que a maioria das pessoas tenha condições para adquirir casa. Quanto ao outro aspecto, penso que o mais importante é garantir a existência de terrenos. Há momentos falou-se da questão do aterro com cinco lotes de terreno. Pois bem, o despacho do Governo Central foi muito claro. Em primeiro lugar, não vão servir para desenvolver o sector do jogo. Em segundo, estão previstos terrenos para habitação pública e equipamentos públicos e, dentro dos 350 hectares, creio que metade desta área vai ser destinada à melhoria da qualidade de vida da nossa população, a zonas verdes, etc., de forma a satisfazer a perspectiva de centro de turismo e lazer de nível mundial. Mas antes de mais nada, temos que concluir as 19 mil fracções de habitação pública, para resolver o problema das listas de espera, e só depois é que podemos avançar com as outras coisas. Na altura própria, o Sr. Secretário Lau irá prestar todos os esclarecimentos e pormenores, aquando da apresentação das Linhas de Acção Governativa de 2011. Durante este período de tempo, da análise que eu próprio fiz e do debate havido com os serviços em causa, vamos aumentar o nível dos rendimentos para uma fracção habitacional de duas pessoas. É muito natural neste momento que haja muitas opiniões diferentes, mas dentro das que recebemos, a margem vai das 25 mil a 30 mil patacas. Será que a aceitamos como limite máximo de rendimentos para uma fracção habitacional de duas pessoas? Este aspecto merece ser discutido, mas a posição do Governo é no sentido de a apoiar. Os nossos colegas já divulgaram anteriormente os valores dos custos básicos, que colheram o apoio de todos, e se não me engano a base de cálculo era de 1.100 patacas por pé quadrado, porém, como é evidente, as construções variam conforme as respectivas exigências. Esperamos, contudo, que estes valores básicos possam ajudar os residentes de Macau que necessitam de adquirir uma habitação económica, embora a questão da revenda tenha sido tratada de modo diferente do passado, mas no fundo pretende-se de facto o bem-estar da população em geral, uma vez que num futuro próximo a situação financeira global se torna difícil de prever, com a entrada de muitos capitais em Macau, originando algumas transformações a nível dos investimentos dentro de um sistema de economia livre. O que mais

esperamos é que a população não seja afectada pelas consequências do efeito de bolha económica e que esta não lhe traga prejuízos. Na realidade, toda a política habitacional se destina ao bem-estar dos nossos residentes, ou seja, para os que não têm suficiente capacidade financeira poderem arrendar as habitações sociais, enquanto os que têm alguma capacidade financeira, mas que ainda não são capazes de comprar uma habitação no mercado privado, possam recorrer às habitações económicas. É esta a nossa política e, tal como é o desejo recente de muitas pessoas, esperamos que o Grupo de Acompanhamento da Habitação Pública venha a definir os critérios o mais depressa possível e que estes sejam objecto de aceitação geral.

O planeamento geral dos cinco lotes de aterro encontra-se já em período de consulta, mormente quanto ao seu arranjo global, pretendendo-se que haja uma nova auscultação, depois de ter sido concluída a primeira fase de consulta. Tendo em conta as diversas opiniões da população e as diligências efectuadas, em termos de acerto da proposta de planeamento, vamos entrar agora na segunda fase de consulta.

Espero ter respondido às suas questões.

Presidente: Sr. Deputado Mak Soi Kun.

Mak Soi Kun: Obrigado Sr. Presidente.

Sr. Chefe do Executivo, Srs. membros do Governo, caros Colegas:

O 12.º Plano Quinquenal veio definir o posicionamento de Macau como centro de turismo e lazer. O Primeiro-Ministro Wen Jiabao reafirmou esta posição, tendo chamado à atenção para a necessidade de se promoverem os diferentes elos da indústria do turismo e de lazer, bem como a sua qualidade. Nesse sentido, e no âmbito do relatório das LAG, coloca-se então a questão sobre a forma como se devem desenvolver serviços médicos de qualidade, esperando-se para este assunto uma resposta do Chefe do Executivo.

Com o rápido crescimento do turismo e do jogo após a transferência da soberania, Macau tornou-se numa importante cidade de turismo, lazer e de férias, para os visitantes estrangeiros e, em consequência, registou-se também uma elevação do seu estatuto internacional. A consolidação deste estatuto de Macau passa necessariamente pela diversificação dos seus sectores da economia e de serviços. As experiências de outros locais revelam-nos que a prestação de cuidados de saúde pode tornar-se num atractivo de grande relevância.

Deste modo, espera-se que o Governo venha a adoptar uma política que vise uma adequada distribuição funcional das instituições privadas e públicas, no domínio da prestação dos cuidados de saúde. Assim, as entidades médicas do sector público devem responsabilizar-se pelos cuidados primários de saúde prestados à população em geral, enquanto o sector privado deve centrar o seu desenvolvimento em serviços mais sofisticados no campo da medicina, proporcionando serviços médicos especializados mais sofisticados e convenientes aos que tenham capacidade para deles usufruir, especialmente a comunidade estrangeira e os turistas de nível mais elevado. Tanto os especialistas como os profissionais do sector acreditam que a partilha adequada e devidamente fiscalizada das funções constitui um atractivo para a captação do turismo médico. Tal contribuiria para o desenvolvimento do sector da medicina em Macau, visto que lhe permitiria coadunar-se com sistemas modernos de saúde internacionais, assim como

acelerar a promoção do nível profissional e da qualidade dos serviços médicos de Macau. Essa partilha de funções irá resultar também num melhor escoamento dos utentes e na redução da pressão sobre o Centro Hospitalar Conde de S. Januário e os centros de saúde, encurtando o tempo de espera. É nesse sentido que se apela então ao Governo, para que adopte uma efectiva política de incentivos e de redução fiscal, para o desenvolvimento de cuidados de saúde de nível elevado.

Pensa então o Governo adoptar uma política de incentivos que vise a melhoria do nível dos cuidados médicos?

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado Sr. Presidente.

Obrigado Sr. Deputado Mak Soi Kun.

Penso que a resposta à sua questão tem que ser dividida em várias partes. Antes de mais, o sistema de saúde de Macau é composto por três partes, designadamente, o Governo, o sector sem fins lucrativos e o sector privado. Foi sobretudo a partir dos anos oitenta que houve uma melhoria e um desenvolvimento das respectivas infra-estruturas. Neste momento temos como unidades hospitalares, o Hospital Conde de S. Januário e o Hospital Kiang Wu e, já mais recentemente, o Hospital da Universidade de Ciência e Tecnologia, que já entrou também em funcionamento. Por parte do Governo, a política geral de saúde tem por prioridade a prevenção e o aperfeiçoamento dos cuidados de saúde. De igual modo, foi já definido o projecto de melhoramento das infra-estruturas do sistema de saúde para o futuro, o que já ontem apresentei aos Srs. Deputados. Em termos de instituições públicas de prestação de cuidados de saúde, temos que otimizar o *software* e o *hardware* necessários para responder às necessidades actuais e às dos próximos dez anos. Neste momento, a disponibilização do serviço de urgência no Hospital da Universidade de Ciência e Tecnologia é meramente provisória, pois após a construção do novo hospital nas Ilhas e dos novos cinco centros de saúde, vamos melhorar a nossa capacidade de resposta às necessidades básicas do sistema de saúde. O Hospital Kiang Wu tem vindo a colaborar com o Governo ao longo destes anos, assegurando serviços de consulta externa, urgência e internamento hospitalar. Em termos de tecnologias de ponta e de forma a captar turistas para Macau para recorrerem a serviços de controlo da saúde, tratamento, reabilitação, etc., há que analisar a sua eventual viabilidade, na óptica dos investimentos do sector privado, pois, especialmente nos serviços de internamento hospitalar, como os investimentos são muito elevados, há que sopesar a questão do equilíbrio orçamental, desde a fase inicial do investimento até ao funcionamento, sendo aqui que se enfrentam normalmente muitas dificuldades. Sendo assim, como é que o Governo pode conceder certas bonificações? Penso que o mais importante é a capacidade da própria instituição investidora, incluindo os recursos financeiros e os recursos humanos qualificados, e, simultaneamente, saber em quanto tempo é que pode alcançar a fase de lucros para equilibrar o seu orçamento.

Quando se fala aos turistas em Macau da prestação de serviços de inspecção, tratamento, reabilitação, etc., de facto, toma-se por referência o que muitas regiões asiáticas já estão a fazer, tais como a Tailândia e Singapura, ainda que estes tenham levado muitos anos a implementar aqueles serviços. Tendo em consideração a população de Macau e o nosso desenvolvimento de especialidades médicas, se alguém tiver que fazer um investimento tão elevado para criar uma estrutura polivalente na prestação de cuidados de saúde, de forma a captar turistas, julgo que há que avaliar também os riscos que a iniciativa pode acarretar. Não me atrevo a pronunciar-me sobre a sua

viabilidade, pois trata-se de uma questão do domínio privado, porque o Governo, neste momento, não tem capacidade para desenvolver este tipo de iniciativas. Neste momento, o *software* e o *hardware* que temos servem para responder às necessidades da população de Macau, sendo todo o sistema de saúde de Macau o resultado da colaboração entre o Governo e a instituição de fins não lucrativos. Quanto às novas infra-estruturas, penso que a sua viabilidade depende da avaliação que for feita sobre o assunto, mas, como cidade turística que é, vemos que este sector já está bastante desenvolvido em muitas regiões asiáticas, ainda que de facto não tenhamos este tipo de serviços, sendo que é esta a razão por que acho que se trata de uma matéria muito avançada, que comporta riscos. Desta forma, a posição do Governo quanto a isto é, antes de mais, fazer bem o nosso trabalho, melhorar no que for preciso e concretizar a implementação do projecto de melhoramento do sistema de saúde, incluindo o *software* e o *hardware* necessários, e aperfeiçoar as acções de formação e os cuidados de saúde, quer na instituição pública quer na de fins não lucrativos. O que podemos dar é um apoio moral à iniciativa, mas em termos práticos a questão do seu desenvolvimento deve ser objecto de análise.

Obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Chan Chak Mo.

Chan Chak Mo: Obrigado Sr. Presidente.

Sr. Chefe do Executivo, Srs. membros do Governo, caros Colegas:

No relatório das LAG para o corrente ano, V. Excelência delineou um plano de desenvolvimento para os sectores do turismo e da cultura, em relação ao qual são elevadas as nossas expectativas.

O modelo de desenvolvimento geral e diversificado do sector do turismo implica diversos elementos, como o jogo, a cultura, as convenções e exposições, a venda a retalho, o desporto, o turismo de lazer, a gastronomia típica, os eventos e festivais, etc., e tanto o Governo como o sector empresarial têm envidado bastantes esforços no seu desenvolvimento. Lamentável é o facto de não ter existido no passado um organismo de coordenação para o impulsionar.

Há uns anos cheguei a propor a criação de uma comissão específica, orientada pelo Governo e com a participação do sector e de outros profissionais, para o desenvolvimento, construção e coordenação das instalações turísticas, com o objectivo de atrair turistas de diferentes proveniências e diversificar os projectos turísticos. Talvez naquela altura não fosse oportuno, mas nestes últimos dois anos aumentaram bastante as organizações consultivas para diferentes finalidades.

Sr. Chefe do Executivo, vai então ponderar agora a criação dessa comissão?

Obrigado!

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado Sr. Presidente.

Obrigado Sr. Deputado Chan Chak Mo.

Quanto à questão que acabou de colocar, lembro-me que já me foi posta no passado, no âmbito dos Assuntos Sociais e Cultura. Penso que a volta a colocar hoje, porventura no âmbito da sua relação com a Comissão de Apoio ao Desenvolvimento Turístico. Esta Comissão

é composta por representantes de vários serviços públicos e personalidades do sector. Para que a mesma possa satisfazer o que pediu, há que desenvolver alguns trabalhos a nível interdepartamental, de forma a apoiar o sector, especialmente em projectos de investimentos em instalações turísticas, parques temáticos de grande vulto, programas de desenvolvimento hoteleiro, etc., para que Macau se torne num destino turístico para as famílias passarem as suas férias. Acho que podemos pensar no mecanismo já existente, qual seja, servirmo-nos da Comissão de Apoio ao Desenvolvimento Turístico para alcançar a coordenação interdepartamental que acabou de referir. Actualmente, o Sr. Secretário, Cheong U, é o Presidente. Vamos depois conversar sobre este assunto, de forma a coordenar adequadamente as respectivas acções.

Obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Fong Chi Keong.

Fong Chi Keong: Obrigado Sr. Presidente.

Sr. Chefe do Executivo:

Recentemente, o Comissariado contra a Corrupção tem tecido publicamente críticas e apresentado pareceres de melhoria em relação a vários serviços públicos. Sr. Chefe do Executivo: como é que a Administração encara essas críticas e opiniões? Foram definidas medidas e uma calendarização concretas para introdução das melhorias sugeridas? Quem se responsabiliza pela fiscalização da respectiva concretização?

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado Sr. Presidente Lau Cheok Va.

Obrigado Sr. Deputado Fong Chi Keong.

Há instantes referiu-se às críticas e pareceres que o Comissariado contra a Corrupção apresentou a certos serviços públicos. De Janeiro deste ano até à data, foram feitas cinco recomendações sobre, designadamente, os serviços dos anteneiros, a participação dos trabalhadores do Corpo de Bombeiros no plano experimental de medicamentos, a inspecção de saúde dos trabalhadores da Capitania dos Portos, a inspecção da Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais às instalações da MASTV, e a demolição das construções ilegais. Entendo que qualquer Governo responsável deve proceder às necessárias diligências, sobretudo às que dizem respeito às recomendações. Mas, é claro que é preciso dar tempo suficiente para que os serviços possam analisar os pareceres e a viabilidade das recomendações feitas, ou propor as suas próprias soluções de melhoramento. Conversei recentemente com o Sr. Comissário, sobre a alteração à Lei Orgânica do Comissariado contra a Corrupção. Creio que muito em breve a mesma será submetida à apreciação da Assembleia Legislativa. Definiu-se claramente a apresentação prévia das recomendações ao Chefe do Executivo, bem como o prazo concreto para a resposta dos serviços visados, acelerando-se, por um lado, o tempo de resposta e, por outro lado, a análise a efectuar pelo Chefe do Executivo e o diálogo com o respectivo Secretário, após ser recebida a recomendação. Creio que vai ser útil para o tratamento das respectivas diligências.

Estamos já a proceder às diligências em causa, no âmbito das recomendações apresentadas. Durante este ano todos estão, de facto, comprometidos e empenhados nas acções de melhoramento e

alteração e, por conseguinte, creio que depois da apresentação à Assembleia Legislativa da proposta de alteração da Lei Orgânica do Comissariado contra a Corrupção, sendo objecto de aprovação, vamos intensificar as acções neste âmbito, designadamente, no prazo fixado para a resposta, por um lado, e a minha participação, por outro lado, sobretudo nas recomendações. Esperamos pois melhorar a nossa acção governativa e aumentar a eficiência dos serviços prestados.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Chan Meng Kam.

Chan Meng Kam: Obrigado Sr. Presidente.

Sr. Chefe do Executivo:

É com agrado que registo, a partir do Relatório das LAG, que a Administração também se preocupa com os problemas da classe média.

Apesar de a classe média ser honesta, disciplinada e laboriosa, não goza dos diversos apoios económicos atribuídos pela Administração, tais como os subsídios de desemprego, de residência e complementar aos trabalhadores com baixos rendimentos, nem dispõe de capacidade para adquirir uma casa. Trata-se de um facto inegável. E, com a carestia de vida, são cada vez mais pesados os encargos e mais distante o fosso salarial com a camada de base, levando assim ao surgimento de um “complexo de inferioridade” da classe média.

Sr. Chefe do Executivo, para além da atenção que deve prestar à classe da dita camada de base, como é que a Administração vai atender às necessidades reais e ao estado psicológico da classe média?

Obrigado.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Certo, agradeço a questão do Sr. Deputado Chan.

Penso que o que acabou de referir diz respeito a algumas camadas intermédias ou abaixo da classe média, não é verdade? As que não conseguem obter apoio do Governo e vivem com dificuldades. Estamos atentos a toda a população, seja de que classe for, mas tratando-se de cidadãos dos níveis básicos devemos estar ainda mais atentos. Estamos a respeitar o índice de subsistência como critério de definição, ao nível geral do sistema. Havendo pessoas que não atinjam o nível previsto, o Governo tem todo o dever de as tratar bem. Sendo acima desse nível, há também algumas medidas a tomar, como, por exemplo, a manutenção da garantia do rendimento mensal de quatro mil patacas, conforme ontem referi. Quanto à subida da taxa de inflação, que a todos preocupa, o Governo da RAEM está suficientemente atento ao problema e espera que as pessoas possam viver melhor, mas não estou bem certo a que classe se está a referir em especial, que esteja sujeita a uma grande pressão da taxa de inflação.

Chan Meng Kam: Classe média.

Presidente: Classe média?

Chan Meng Kam: Classe média.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Sendo da classe média, penso

que vou responder da mesma maneira que respondi à Sra. Deputada Chan Mei Yi. De facto, a classe média é a maior. Tomo como exemplo a de Hong Kong, cujos rendimentos vão de 10 mil a 40 mil e a da China, de 70 mil a 600 mil, para um agregado familiar de três pessoas. A margem é muito ampla. Estamos atentos à classe média e estamos a fazer alguns estudos. Na realidade, queremos apoiá-la em várias frentes. Se não vejamos, nas Linhas de Acção Governativa deste ano, a redução dos impostos, o plano de educação contínua. Esperamos intensificar no futuro o regime de certificação profissional, de forma a aumentar a mobilidade da nossa classe média, em termos verticais, por recurso à avaliação do desempenho, à formação, etc. Tal como referi há instantes, na resposta à Sra. Deputada Chan Mei Yi, estamos também atentos aos rendimentos, ao nível de escolaridade, às condições de alojamento, etc., da classe média. Esperamos no futuro que os que não têm capacidade financeira para adquirirem uma habitação no mercado privado possam ter condições para comprar uma habitação económica. Penso que todas estas questões e apoios revelam a importância que damos à classe média. Já começámos a fazer os estudos, pois a classe média é um elemento importante em Macau, razão por que estão previstos os cursos de formação em educação contínua, a redução dos impostos, a mobilidade para cima e a nossa preocupação quanto aos seus problemas de habitação.

Obrigado Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Tsui Wai Kwan.

Tsui Wai Kwan: Obrigado Sr. Presidente.

Sr. Chefe do Executivo:

Não sei se está lembrado sobre a minha questão relativa à política demográfica, colocada na última sessão de perguntas. Na altura respondeu que a integração regional é para Macau uma boa oportunidade e afirmou que se tratava da altura adequada para o Governo avançar com a realização de estudos sobre as políticas demográficas, em articulação com a integração regional. Macau é uma cidade que recebe muitos imigrantes e, assim sendo, a imigração representa um grande peso para o desenvolvimento local. A estrutura e a dimensão demográfica têm desde sempre sido matérias de grande relevância, tendo já vários locais do Mundo definido políticas, como a fixação de residência através de investimento. Senhor Chefe do Executivo, tendo em conta o desenvolvimento económico de Macau e a cooperação regional, o que pensa o Governo da RAEM fazer relativamente às políticas de migração? Para além disso, gostaria de colocar uma pergunta que está directamente relacionada com a vida da população. Devido ao constante aumento dos preços praticados no mercado, nomeadamente os dos produtos alimentares, aumentaram as pressões do quotidiano da população. Assim sendo, de que medidas dispõe o Governo para resolver estes problemas da vida da população?

Obrigado.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado Sr. Presidente.

Obrigado Sr. Deputado Tsui Wai Kwan.

Sobre a questão da imigração, a nossa população passou de 430 mil habitantes, em 2000, para 540 mil habitantes, em 2009, havendo um aumento de 110 mil. Nestes últimos dez anos fomos muito claros quanto à não reabertura da política de imigração por via do

investimento, especialmente para os pedidos feitos unicamente através da aquisição de imóveis. Entretanto, temos também que considerar a sustentabilidade do desenvolvimento e a integração regional, sendo por isso que temos que criar eficazmente uma base de dados sobre os recursos humanos, a certificação profissional, etc. Por conseguinte, vamos, por um lado, incentivar os nossos cidadãos a frequentarem cursos de formação contínua, com vista à disponibilização de recursos qualificados nas diversas áreas e, por outro lado, em coordenação com o desenvolvimento regional, em sintonia com o nosso próprio desenvolvimento, temos que avaliar as necessidades locais de recursos qualificados, para que quando houver insuficiência de mão-de-obra qualificada local, recrutá-la ao exterior. É óbvio que a longo prazo a prioridade será dada à formação dos nossos trabalhadores locais, de forma a permitir uma maior mobilidade vertical, em termos de emprego. Neste aspecto, o Governo irá dar o seu maior apoio e incentivo, porque no futuro temos que nos integrar na economia regional e, como tal, devemos ter o nosso próprio desenvolvimento e dar muita importância à progressão dos nossos trabalhadores locais por via da formação, no sentido de elevar as suas capacidades profissionais. O passo seguinte será a realização de alguns estudos demográficos, findos os quais o Gabinete de Estudo das Políticas do Governo irá fazer a sua análise para depois os apresentar e ouvir as vossas opiniões.

Quanto à resolução das dificuldades da população, de facto, toda a gente está preocupada com os efeitos da taxa de inflação, que há que enfrentar, mas tal como já referi há os problemas da entrada de capitais, a taxa cambial, etc. Na minha intervenção de ontem, enumerei uma série de medidas a tomar pelo Governo, mas ultimamente, quer a nível internacional ou do Continente, devido a influências internas globais, é provável que a taxa de inflação continue a subir, razão por que vamos avançar com uma série de acções para a combater. Em termos gerais, no mês de Setembro a taxa de inflação atingiu os 3,83%, enquanto que de Janeiro a Setembro se ficou pelos 2,43%. Com base em diversas informações colhidas recentemente, a taxa de inflação vai continuar a subir, incluindo no Continente e a nível internacional, pelo que vamos desenvolver e promover acções em várias frentes, tais como o Plano de Participação Pecuniária, a que já ontem me referi, antecipando-o para o início do ano, em vez de o fazer durante os meses de Julho a Setembro e, por conseguinte, vamos acelerar os respectivos procedimentos.

Vamos reforçar, também, os serviços do banco alimentar, indo o Governo colaborar com os organismos sociais e atribuindo também um subsídio de apoio adicional. Cerca de 5,3 mil famílias vão receber mais um mês de subsídio e os que preenchem os requisitos das três categorias de famílias em situação vulnerável, do Instituto de Acção Social, nomeadamente as 3,5 mil famílias da segunda fase de atribuição de pensão pecuniária especial, vão receber mais uma prestação. Vamos isentar também os arrendatários das habitações sociais do pagamento da renda dos três primeiros meses de 2011. De igual modo, para reduzir os encargos com os transportes dos alunos, vamos reduzir as suas tarifas de autocarro, passando de 1,5 para 1 pataca. Além disso, já diligenciámos junto dos serviços competentes do Governo Central, de forma a evitar a ocorrência de preços irrazoáveis derivados do monopólio de fornecimento dos produtos e a aperfeiçoar os mecanismos de concorrência dos mercados. As bases de diálogo foram já activadas e, dentro em breve, a Sra. Secretária Florinda Chan e o Sr. Secretário Tam Pak Yuen irão promover os necessários contactos com os ministérios competentes, incluindo o Ministério do Comércio, a Administração Geral da Supervisão de Qualidade, Inspeção e Quarentena, etc. Esperamos

pois que a oferta possa aumentar, para estabilizar os preços. O Governo da RAEM vai apoiar o sector na captação de novas fontes de importação dos produtos, aumentando assim o fornecimento dos produtos a Macau e o número dos respectivos exportadores, bem como os locais de abastecimento de mercadorias, etc. Desta forma, além do Continente, a Tailândia, o Vietname, etc., são os nossos próximos alvos de estudo, na abertura de mais canais de aprovisionamento, incluindo o arroz, os produtos agrícolas e os géneros alimentícios não essenciais.

Durante os primeiros seis meses iremos continuar atentos à variação da taxa de inflação, pois se ela subir até aos 3%, vamos dar continuidade a uma série de medidas tendentes ao seu combate. Mas, como podem perceber, há muitos factores exógenos e problemas derivados que afectam esta matéria e, por conseguinte, além de estarmos atentos a ela, vamos esforçar-nos por alargar as fontes de abastecimento dos produtos, de forma a cortar algumas etapas do monopólio e, através da garantia das fontes dos produtos, podermos apoiar especialmente as comunidades mais vulneráveis, garantindo-lhes assim uma certa qualidade no seu nível de vida. Temos recebido ultimamente sucessivas informações, sobretudo, relativas ao aumento da taxa de inflação no Continente, mas depois dos contactos que serão feitos, muito em breve, vamos dar início à série de medidas previstas.

Obrigado Sr. Presidente.

Presidente: Sra. Deputada Leong On Kei.

Leong On Kei: Obrigada Sr. Presidente.

Sr. Chefe do Executivo, Srs. membros do Governo, caros Colegas:

O Primeiro-Ministro Wen Jia Bao realizou uma visita a Macau, durante a qual afirmou que a capacidade financeira do Governo da RAEM era bastante favorável, e que por isso aquele devia cuidar das camadas mais carenciadas. Segundo as estatísticas, a sociedade de Macau já entrou em fase de envelhecimento. À medida que a robustez da população idosa diminui com o aumento da idade, aumenta a procura de vários serviços, tratamentos e cuidados de saúde, etc. E quanto aos idosos portadores de deficiência, a sua vida é ainda mais difícil devido à falta de capacidade económica e à insuficiência de vagas nos lares de idosos. O que fazer para que os idosos, incluindo os portadores de deficiência, possam viver tranquilamente durante a sua velhice e melhorar a sua qualidade de vida? São problemas que devem ser resolvidos. Refere-se nas LAG divulgadas ontem que vão ser disponibilizados mais cuidados de saúde aos idosos. Que novas estratégias vai o Governo adoptar aquando da definição de programas a longo prazo, destinados a disponibilizar apoio social e lares para os idosos? Vai estreitar a colaboração com as entidades que se dedicam ao apoio social? Quais são as medidas a adoptar para resolver os problemas de envelhecimento das famílias que têm portadores de deficiência?

Obrigada!

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado Sr. Presidente.

Agradeço a questão da Sra. Deputada Leong On Kei.

O Governo da RAEM deu sempre um especial realce aos cuidados familiares e à habitação dos idosos, pois é nosso desejo que os idosos possam passar o resto da sua vida em ambientes que lhes

sejam familiares. Quanto aos serviços para idosos, apresentei ontem a evolução da taxa de crescimento da terceira idade nos próximos dez anos, que nessa altura se deverá aproximar dos 12%. Vamos preparar-nos para dar início aos serviços de especialidade para os idosos, ao estudo da criação de um hospital de reabilitação. De igual modo, vamos dar um tratamento especial aos pacientes com idade superior a 65 anos, incluindo as futuras consultas externas próprias nos cinco novos Centros de Saúde, na tentativa de prestar melhores cuidados para os idosos. De dia, vamos ter os Centros Comunitários, mas à noite esperamos que fiquem com as suas famílias, sendo a sua velhice gozada na terra natal. Para além de reforçarmos os cuidados comunitários e os cuidados de saúde, há ainda os cuidados de longa duração, pretendendo-se essencialmente que permaneçam em ambientes que lhes são familiares, aumentando assim as suas possibilidades de diálogo. De acordo com alguns estudos recentes, justifica-se a necessidade de serem introduzidos alguns cursos de interesse nos Centros de Dia para idosos, permitindo-lhes, por um lado, um convívio entre eles e a manutenção de certos laços e de ambientes que lhes sejam familiares. Foram criados também muitos cursos, sobretudo para aumentar o seu diálogo com os netos, designadamente, de informática, para evitar os conflitos de gerações. No futuro prevemos também muitos serviços, como por exemplo de cuidados de saúde e de reabilitação aos idosos, etc., nas médias e grandes zonas comunitárias.

Relativamente à classificação da deficiência física, de facto já existe do passado uma classificação, aliás, o respectivo diploma foi já submetido à apreciação dos Serviços de Justiça e foi objecto de diálogo entre as duas partes, entrando por isso em processo legislativo. Creio que depois da publicação desta classificação, a mesma pode responder parcialmente ao que é esperado há muito tempo pelos portadores de deficiência física, isto é, a obtenção dos devidos serviços e cuidados de saúde, por um lado, e a obtenção de subsídios por deficiência, bem como o apoio nos cuidados a prestar nos Centros de Dia, a assistência domiciliária, etc. Vamos também recorrer à Comissão para os Assuntos do Cidadão Sénior para promover mais aprofundadamente os valores tradicionais do respeito pelos idosos, e especialmente aos idosos portadores de deficiência que requerem cuidados especiais e necessidades de alojamento adequadas. Os competentes serviços já realizaram de facto muito trabalho no que se refere a lares para portadores de deficiência, na tentativa de encontrar os lugares adequados, quer localmente, quer em Zhuhai, Jiangmen, etc. De acordo com o último relatório do Instituto de Acção Social, Macau vai ter no futuro, se não estou em erro, cerca de 200 lugares nos próximos anos. Penso que o problema irá ser resolvido, uma vez que os portadores de deficiência carecem de um tratamento mais abrangente e depois de falecerem as pessoas que cuidam deles, porque já têm uma certa idade, necessitam de alojamento em lares que também cuidem deles até ao fim dos seus dias. As instituições sociais de Macau e o Governo muito se esforçaram, durante estes últimos sete a oito anos, no sentido de encontrar lares permanentes para os portadores de deficiência física e mental, de forma a disporem dos necessários cuidados. O facto de os pais e irmãos dos portadores de deficiência cuidarem deles, mesmo que não sejam muito idosos, pode trazer muitos inconvenientes para a sua vida e para o seu trabalho diário, e quando algum daqueles idosos morre a situação torna-se ainda mais complicada. Desta forma, o Governo da RAEM encontra-se totalmente empenhado na construção desses lares e, conforme se depreende da leitura do relatório do Instituto de Acção Social, acho que vamos conseguir. No entanto, segundo já foi divulgado recentemente, a ideia da criação de lares no Continente foi cancelada. Vamos pensar numa solução em Macau. Julgo que aquando da

apresentação das Linhas de Acção Governativa, no âmbito dos Assuntos Sociais e Cultura, o Sr. Secretário Cheong vai dar mais pormenores sobre o tratamento e a questão da criação dos 200 lugares.

Presidente: Sr. Deputado Pereira Coutinho.

José Pereira Coutinho: Obrigado Sr. Presidente.

Sr. Chefe do Executivo, Srs. membros do Governo, caros Colegas:

O regime de responsabilização dos titulares de cargos públicos tem implicações com todos os assuntos de Macau. Por isso, durante a sua visita a Macau, o Primeiro-ministro Wen Jiabao depositou junto do Governo de Macau as expectativas seguintes: a integridade dos dirigentes, a transparência das acções governativas e a utilização do poder público sob o sol. Essas expectativas contribuem para o aperfeiçoamento da qualidade do quotidiano dos cidadãos de Macau. A RAEHK começou já em 2002 a aplicar de forma generalizada o seu regime de responsabilização, para além do relativo à declaração e divulgação de rendimentos e interesses patrimoniais dos referidos titulares.

Quanto à China, em 1992 existia praticamente um vazio de legislação relativamente à função pública e à responsabilização dos titulares de cargos públicos, mas a partir de 2005 entrou em vigor o regime de responsabilização, e também o relativo à declaração e divulgação de rendimentos e interesses patrimoniais dos referidos titulares.

Todos devem ainda lembrar-se que em 2006 o Chefe do Executivo Edmundo Ho, no relatório das LAG intitulado “Coragem para assumir a mudança e comprometimento solidário”, realçou que a implementação do regime de responsabilização dos titulares dos cargos públicos era uma das principais metas do Governo. E em Março último o Sr. Chefe do Executivo, durante a apresentação do relatório das LAG na Assembleia Legislativa, também anunciou prontamente que esse regime ia começar a vigorar no corrente ano, e que incluía responsabilidades éticas, políticas, administrativas, judiciais, etc.

Entretanto, vi que na área da Administração e Justiça, para além da criação de uma Comissão destinada aos assuntos ligados à cessação dos titulares dos cargos principais, não há mais assuntos especiais a tratar. Se as acções governativas desta área forem tão simples, desculpe! Não consigo aceitá-las, acredito que toda a sociedade não as aceita mesmo. Neste sentido, Sr. Chefe do Executivo, vai elaborar uma lei sobre a responsabilização dos titulares dos cargos principais? Para além da responsabilidade política, administrativa e jurídica, que os titulares têm obrigação de assumir, a responsabilidade ética e a honestidade destes devem ser mesmo incluídas nesta lei? Ademais, vai proceder-se a uma audição ampla e científica? Com vista a atingir o melhor efeito desta lei?

Obrigado.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado Sr. Presidente Lau Cheok Va.

Obrigado Sr. Deputado Pereira Coutinho.

A questão que coloca refere-se à responsabilização dos titulares dos altos cargos. De facto, encontram-se já implementadas, pelo

Governo da RAEM, a Lei de Bases da Orgânica do Governo, a Lei do Juramento por ocasião do acto de posse e o regime da Declaração de Rendimentos e Interesses Patrimoniais, estando este último a ser objecto de revisão por parte do Comissariado contra a Corrupção e encontrando-se já na fase de consulta. Posso dizer-vos muito claramente que, ao abrigo do princípio da transparência, é deveras oportuno que venhamos a rever a Declaração de Rendimentos e Interesses Patrimoniais, quer no que toca especialmente ao Chefe do Executivo e aos titulares mencionados.

Quanto à definição do regime jurídico dos procedimentos internos, designadamente as restrições aquando da cessação de funções do Chefe do Executivo e dos titulares dos principais cargos, já se encontram em vigor as Disposições Fundamentais do Estatuto do Pessoal de Direcção e Chefia, tendo sido criada a Comissão de Ética para a Administração Pública e publicados os princípios e critérios da recusa de autorização para o exercício de actividades privadas, havendo portanto toda uma série de leis e regulamentos já em vigor. Penso que a questão que colocou há pouco se refere aos titulares dos principais cargos. Posso adiantar-vos que antes do final deste ano vamos definir o estatuto e os princípios reguladores, ou seja, toda uma série de normas regulamentares que os titulares dos principais cargos se comprometem a cumprir, o que constitui uma certa responsabilização. Penso que muito em breve vão ter conhecimento do assunto. É isto, fundamentalmente. Antes do final deste ano, a definição do estatuto, princípios, e uma série de normas regulamentares, para os titulares dos principais cargos.

Obrigado Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Lau Veng Seng.

Lau Veng Seng: Obrigado Sr. Presidente.

Sr. Chefe do Executivo:

Com vista a que a população possa viver e trabalhar com alegria, sem ter que se preocupar com a sua vida, o Governo da RAEM tem desde sempre envidado esforços na construção de uma sociedade estável e de uma potência económica sustentável. Neste percurso do desenvolvimento de Macau que privilegia a cooperação regional, tanto as empresas como os cidadãos estão a enfrentar oportunidades e desafios. Quanto às empresas, têm de aumentar a qualidade dos seus produtos e serviços, com vista a conseguirem mais lucros; e quanto aos cidadãos, devem elevar o seu nível de profissionalização com vista ao aumento da sua própria competitividade. Só se conseguirá alcançar uma situação ideal com os esforços envidados por ambos, empresas e população, sob a coordenação do Governo.

Sr. Chefe do Executivo. Perante a conjuntura de rápido desenvolvimento económico que estamos a viver, tanto as empresas, como os residentes, como ainda o Governo, e até nós, estamos a enfrentar desafios e oportunidades devido à integração regional. Espero que o Governo da RAEM assuma uma postura activa nos trabalhos de coordenação, no sentido de se melhorar a qualidade das empresas e dos recursos humanos através da formação e da credenciação. O Governo dispõe de algumas medidas em articulação com isto? Com vista a eliminar o desemprego e a aproveitar eficazmente os recursos humanos, em articulação com o futuro desenvolvimento de Macau, o Governo realizou estudos aprofundados e científicos para perceber qual é a situação dos recursos humanos em Macau?

Obrigado.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado Sr. Presidente Lau Cheok Va.

Obrigado Sr. Deputado Lau Veng Seng.

O aperfeiçoamento dos recursos humanos é um compromisso importante da RAEM. Estamos permanentemente empenhados nele, mormente nos estudos de política demográfica, a curto, médio e longo prazo. No próximo ano será realizado o recenseamento geral da população, que se realiza de dez em dez anos, de forma a melhor dispormos de dados sobre os recursos humanos e nos aproximarmos mais da realidade na definição de uma política demográfica. Neste momento, o Gabinete de Apoio ao Ensino Superior é responsável pela criação da base de dados dos recursos humanos. Os dados vão ser extensivos aos alunos que prosseguem os estudos no Continente ou no exterior, bem como à recolha dos dados dos recursos humanos pelos vários sectores. Outro aspecto importante nas Linhas de Acção Governativa é a prioridade na defesa do emprego dos trabalhadores locais, que inclui a chamada de atenção às empresas locais, na prioridade e melhoria do nível dos trabalhadores locais, razão por que iremos proporcionar uma adequada formação tendente ao aperfeiçoamento e à elevação profissionais.

A nível da certificação profissional foram feitos, ao longo destes dois anos, estudos aprofundados sobre esta matéria, havendo também trabalhos desenvolvidos em alguns sectores, designadamente no âmbito do serviço social e engenharia civil. No futuro vamos reforçar a componente da certificação profissional, sobretudo nos aspectos da qualificação e internacionalização. Mas, ao longo do processo existem algumas dificuldades, nomeadamente a existência de muitas organizações associativas dos diversos sectores profissionais, e dentro de cada área profissional há também muitas organizações associativas. Tem de haver alguma coordenação, sobretudo no que se refere à representatividade das associações profissionais. Como sabem, a certificação profissional é uma questão importante para essas associações profissionais, pois, pela experiência que temos tido, importa que as acções de divulgação e organização sejam bem realizadas, de forma a alcançarmos um objectivo comum e uma maior aceitação. Estamos a fazer alguma experimentação nalgumas áreas, tais como do serviço social e da engenharia civil, que já referi, o que favorece a mobilidade vertical dos profissionais, e sobretudo o reconhecimento do seu próprio estatuto profissional. De facto, temos recebido algumas queixas, no que toca a intercâmbios a nível internacional, na medida em que não lhes é reconhecido o seu próprio estatuto profissional, e muitas das vezes debatem-se com problemas protocolares, tais como as queixas que recebemos do sector da saúde e da engenharia civil, pedindo-nos mais celeridade nesta matéria. Somos uma terra pequena, mas há coisas que a RAEM tem que fazer, porque Macau tende a internacionalizar-se e, sobretudo, na participação dos profissionais em conferências e intercâmbios, razão por que importa apostar no reconhecimento do nível profissional, na formação contínua, etc. No entanto, além do grande esforço da parte do Governo, os sectores profissionais também devem dar o seu próprio apoio, nomeadamente através das entidades associativas dos sectores profissionais. Espero que tenham um maior espírito de compreensão e uma vontade comum em criar um regime profissional que facilite o processo legislativo, porque no passado assimilámos de facto uma certa experiência neste domínio.

Obrigado Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Ho Ion Sang.

Ho Ion Sang: Obrigado Sr. Presidente.

Sr. Chefe do Executivo, Srs. membros do Governo, caros Colegas:

No último relatório das Linhas de Acção Governativa o Sr. Chefe do Executivo refere que aquando da definição das políticas vão ser ponderadas as solicitações da classe média. Ontem, deu V. Exa. resposta aos meus desejos apresentados na última sessão de perguntas e respostas, através do aumento do limite de isenção do imposto profissional e ao alargamento das medidas de benefício às diversas camadas sociais. Mas para além dessas medidas, não consigo constatar mais nenhuma direcção para a classe média, tendo mesmo algumas das medidas já adoptadas antes agravado os seus encargos quotidianos.

Veja-se o exemplo das “Dez medidas”, lançadas em Setembro pelo Secretário Lau, e que não foram de todo definidas tendo em conta quem não reúne condições para comprar, nem uma fracção económica, nem uma fracção no mercado privado, assim sendo, essas medidas em nada contribuem para reprimir a especulação. Quanto ao apoio concedido à população para fazer face à inflação, não restam dúvidas de que nós precisamos de cuidar das camadas mais carenciadas, ajudando-as a ultrapassar os tempos mais difíceis. Mas a classe média também está a enfrentar essa mesma inflação, no entanto não lhe são disponibilizadas quaisquer medidas de apoio, estando mesmo os estudos relativos à definição do conceito de classe média ainda em curso. Sr. Chefe do Executivo, vai conseguir honrar a sua promessa de prestar atenção às solicitações da classe média?

Face aos referidos problemas, espero que o Sr. Chefe do Executivo se pronuncie sobre o seguinte:

Primeiro, desejo que assuma a promessa de definir quanto antes medidas de prevenção do aparecimento de uma bolha no mercado imobiliário. Não se sabe ao certo se as políticas de habitação se destinam a responder às necessidades da população ou às ambições dos especuladores, assim sendo, gostaria que o Senhor Chefe do Executivo desse uma explicação sobre o assunto. Será que consegue imaginar a angústia de quem não reúne condições para comprar, nem uma fracção económica, nem uma fracção no mercado privado? De que medidas dispõe para evitar que as fracções construídas em lotes colocados em hasta pública sejam aproveitadas para especulação, conduzindo ao aumento dos preços dos imóveis? De que medidas dispõe para ajudar a classe média a fazer frente à inflação, que se situa em níveis elevados?

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado Sr. Presidente Lau Cheok Va.

Obrigado Sr. Deputado Ho Ion Sang.

Vou tentar responder a cada uma das questões colocadas. A respeito da classe média, de que já falei, há momentos, penso que estão atentos a ela, sobretudo, no que toca aos seus rendimentos, nível de escolaridade, condições de alojamento, emprego, estatuto profissional, etc. Espero poder atender às necessidades da classe média, tal como o Sr. Deputado Ho Ion Sang referiu anteriormente, razão por que nas Linhas de Acção Governativa deste ano está incluído um plano de formação contínua, um conjunto de isenções fiscais, a atenção aos problemas de habitação da classe média, de

acordo com os dois aspectos que ontem frisei, por um lado, quando não lhes for possível adquirirem uma habitação no mercado privado, e por outro lado, o problema da disponibilidade de terras. Como Governo responsável que somos, vamos empenhar-nos com todo o nosso esforço na conclusão das 19 mil fracções de habitação social, de forma a resolver o problema dos que estão há tanto tempo em listas de espera. Os números aproximados que temos são de 12 mil, a que acrescem mais 7 mil. Depois da resolução destes problemas, o Conselho para os Assuntos de Habitação Pública, que é constituído por especialistas da área social e por representantes do Governo, depois de reunido o consenso entre os respectivos membros, vai proceder a uma série de medidas. Desta forma vamos partir do ponto de vista prático para resolver os problemas da classe média, pois quando esta tiver dificuldades em comprar uma casa no mercado privado pode vir a adquirir uma habitação económica. Creio que, depois de aquela Comissão decidir sobre esta matéria, toda a classe média irá receber a boa nova, esperando que não se preocupe, pois se a sua capacidade financeira não for suficiente para garantir o seu bem-estar, pode comprar uma habitação económica. Vamos por isso proceder a grandes alterações nos limites máximo e mínimo dos seus rendimentos, bem como no período de revenda, de forma a delimitar os mercados, público e privado.

Quanto ao mercado privado, como devem perceber não é fácil ao Governo intervir, se bem que nos esforcemos ao máximo, mas o meu receio tem a ver com o efeito da bolha económica sobre os bens da nossa população, e se nessa altura os capitais irão sair. Se virmos bem, nos últimos trinta anos em Macau há flutuações no mercado imobiliário, aproximadamente em cada três a quatro anos. Se não, vejamos como exemplo, entre os anos de 1993 a 2003 havia uma grande quantidade de fracções devolutas e os preços eram muito baixos, mas não havia muitas vendas nessa altura. Neste momento os preços são relativamente altos em comparação. Acho que há ainda alguns riscos no mercado privado. No entanto, uma vez que a nossa preocupação é velar pelo bem-estar da população, temos antes de mais de fazer o possível por separar o mercado de habitação pública do mercado privado. Creio que os investidores particulares estão a assumir alguns riscos por sua conta, embora se veja que o preço dos imóveis não pára de subir, mas olhando bem para os dados estatísticos do passado, em Macau houve de facto subidas e descidas de preços nos últimos trinta anos. Depois de 2003 o preço dos imóveis não tem parado de subir, embora haja flutuações neste sector. Sendo assim, qual a razão por que havemos de nos preocupar agora? Pois bem, no domínio económico e financeiro constata-se a entrada de muitos capitais de investimento em Macau. Temos um sistema de economia livre, e durante muito tempo vieram muitos investidores, quer do Continente, quer das regiões vizinhas ou internacionais. Macau é um lugar em que o investimento é livre, sabendo-se disso pela classificação internacional que nos foi atribuída no passado, mas no meio disto o que mais preocupa o Governo são os problemas decorrentes do efeito da bolha económica junto dos bens da população. É impossível saber ao certo quando é que ela ocorre, mas pela experiência sabemos que quando desaparece, o que acontece de forma muito rápida, os investidores sofrem prejuízos se forem apanhados desprevenidos. Esta é a razão por que pretendemos alargar o limite máximo dos rendimentos, no domínio da habitação pública, e permitir através das soluções preconizadas pelo Conselho para os Assuntos de Habitação Pública, se houver um aumento excessivo no preço dos imóveis no sector privado, que seja dada a um cada vez maior número de pessoas da classe média a possibilidade de aquisição de uma habitação económica, na medida em que os preços podem ser ainda definidos pelo Governo, depois de deduzidos os factores inerentes à disponibilização de terrenos, custos

de construção e outros encargos. Em tempos, a maioria das pessoas concordou, mais ou menos, com a fixação de um preço de 1.100 patacas por pé quadrado, podendo a solução vir a ajudar a classe média. Mas é óbvio que temos que esperar pela proposta da Comissão para os Assuntos da Habitação Pública, para termos uma referência, especialmente para equilibrar os mercados imobiliários, público e privado.

Há momentos foram referidas também algumas situações difíceis que todos conhecem. Mas, muito sinceramente, quanto ao problema da inflação, vamos estar atentos ao mesmo. As medidas que prevemos anteriormente nas Linhas de Acção Governativa, bem como as actuais, vão ser objecto de observação até meados do próximo ano, e se a taxa de inflação continuar a subir o Governo vai lançar uma série de medidas, incluindo todas as soluções consideradas viáveis. Quando o Sr. Secretário Tam apresentar as Linhas de Acção Governativa para 2011 irá adiantar mais pormenores, pois o Governo irá agir, passo a passo, de acordo com a evolução do mercado.

Quanto ao problema das habitações de menores dimensões que acabou de referir, bem, como... creio que já antes o Sr. Secretário Lau revelou a intenção de serem construídas algumas unidades habitacionais de pequenas dimensões, em duas vertentes, uma, por via dos leilões em hasta pública de terrenos para construção, e a outra, os terrenos para fins industriais ou a subdivisão da propriedade dos edifícios industriais em pequenas fracções. Creio que já apresentaram muitas opiniões, mormente na previsão de muitas exigências, para que a população venha a poder adquirir as fracções pequenas a preços que possa comportar. Quando o Sr. Secretário Lau cá vier, vai conversar convosco. A política do Governo é no sentido de construir pequenas unidades de habitação. Depois podemos fazer a apresentação dos leilões de terrenos, mormente do número de terrenos que estão disponíveis, e por quanto tempo, e, quanto aos futuros aterros, quantos terrenos se destinam a habitação pública. Quanto aos terrenos para fins industriais e à transformação dos edifícios industriais em pequenas habitações, acho que são vários lotes, em vez de ser apenas um, porque se for feito um leilão apenas para um lote, na opinião de muitas pessoas, o preço do terreno ficará muito elevado. Porém, no futuro, quanto aos terrenos destinados à comercialização de apartamentos, o Governo vai insistir no seu leilão em hasta pública, à excepção dos sectores considerados estratégicos, como por exemplo, os apartamentos não comerciais, do sector dos jogos, tal como referiram, os parques temáticos e os hotéis, sobretudo, de poucas estrelas, sobre que muitos já falaram, porque para nos transformarmos numa cidade de convenções e exposições e num centro de turismo e de lazer a nível mundial, de 2003 até à data foram construídos muitos hotéis de cinco ou quatro estrelas. Podemos apresentar-vos depois estes dados estatísticos. No futuro próximo irá aumentar a procura de alguns hotéis de menos estrelas, bem como a de parques temáticos para a visita de grupos de famílias e de alguns projectos de hotéis, etc. São estes os projectos que irão ter o nosso apoio efectivo em termos de política, e não os do mercado imobiliário comercial ou do sector dos jogos, porque no passado não havia ainda muitos investimentos do género. Aliás, a Doca dos Pescadores que temos faz parte de um parque temático. Penso que respondi na essência às questões colocadas.

Obrigado Sr. Presidente.

Presidente: Sra. Deputada Kwan Tsui Hang.

Kwan Tsui Hang: Obrigada.

Sr. Chefe do Executivo:

Ontem falei com um grupo de jovens que me disseram o seguinte: “ficamos doidos quando vemos o que o Governo está a fazer”, e acrescentaram que “é certo que apoie os mais carenciados através das habitações públicas, mas por que razão nem temos direito à inscrição na lista de espera para conseguir uma dessas casas, apenas pelo facto de ganharmos um ordenado de pouco mais de dez mil patacas? Como o Governo não tem nenhuma medida para reprimir a especulação, vem agora alegar que é necessário haver equilíbrio de interesses entre aqueles que já têm um imóvel e os que ainda não o têm, para evitar algum conflito de interesses entre esses dois grupos de pessoas que possa colocar em causa os 72% da população que já tem a sua própria casa. Está-se a falar apenas de uma casa normal, mas para a conseguir vamos ter de carregar às costas uma dívida durante toda a vida! Depois de pagarmos as prestações da casa, quanto nos resta? Qual é a nossa diferença em relação aos grupos carenciados? É isto que se chama equilíbrio? Ou justiça? Onde está o incentivo para nos esforçarmos mais? É daí que vem o descontentamento social!”

Na minha opinião, o Governo explicou há pouco que a política a aplicar na questão do mercado imobiliário privado deve ser prudente, mas o nuclear das políticas de habitação adoptadas é resolver o problema da habitação dos cidadãos. Assim, porque é que se cria o limite máximo dos rendimentos dos candidatos no requerimento das habitações económicas? Porque é que não se adopta a política anterior? Isto é, permite-se a oportunidade aos cidadãos que não têm capacidade económica na aquisição das habitações privadas. Assim todo o problema pode ser resolvido. Não há ninguém que tem oposição à política aplicada pelo Governo. Neste sentido, Sr. Chefe do Executivo, pondera a Administração o efeito a produzir por esta política? Poderá esta política resolver efectivamente o problema real? Poderá esta mesma incentivar os cidadãos a envidar os seus próprios esforços para elevar o seu nível de aptidão para conseguir encontrar um emprego facilmente e melhorar as suas condições habitacionais? Desejo que esta política possa evitar uma situação em que os cidadãos sentem que o seu empenho em aumentar as remunerações antes os faz perder os requisitos para requerer habitações económicas. Gostaria que o Sr. Chefe do Executivo desse resposta às minhas perguntas.

Obrigada.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado Sr. Presidente Lau.

Obrigado Sra. Deputada Kwan Tsui Hang.

Lembrei-me agora de uma pergunta que uns jovens amigos me fizeram ontem. Tentei esclarecer uma parte da questão durante a conferência de imprensa, mas, quanto à outra parte, vou procurar explicar um pouco melhor agora.

Pelos dados estatísticos, podemos ver que cerca de 72% da população de Macau tem habitação própria. Concordamos com a mobilidade vertical da classe média, sendo nosso desejo que, não tendo esta capacidade financeira para adquirir uma habitação no mercado privado, possa recorrer às habitações económicas, o que comprova a nossa total atenção para com a nossa população. Pelos dados estatísticos, reparamos também que muitos cidadãos já

adquiriram a sua casa e que muitos deles têm períodos de amortização bastante longos. Também nos preocupamos com eles. Mas, quanto aos jovens que acabaram os seus estudos e que arranjam emprego, é natural que também queiram constituir família e ter a sua própria casa. Tal como a Sra. Deputada Kwan Tsui Hang referiu, ganham mais de 10 mil patacas, sendo um universo que corresponde, mais ou menos, aos nossos dados. Estamos portanto atentos também aos jovens, além dos seus problemas de habitação, esperamos que consigam encontrar emprego após os seus estudos. Mas os seus problemas de habitação não são a nossa exclusiva e maior preocupação, mas apenas uma delas. Ultimamente tenho participado em muitas sessões de diálogo, onde tive a oportunidade de conversar com diferentes jovens, e a percepção que tive, talvez eu esteja enganado, é que estão preocupados com este problema, embora não queiram comprar uma casa de imediato, mas ao verem que o preço das mesmas não pára de subir, e que no futuro lhes será muito difícil comprá-las, ficam sem saber como resolver este problema. De facto, nunca disseram que queriam ter uma casa, para já, mas sim que lhes fosse proporcionada uma certa visão do futuro para a terem. Na verdade, as gerações do passado têm uma visão diferente da deles, uma vez que, depois de arranjam um emprego, só passado bastante tempo é que conseguiam juntar algumas economias para pagar a primeira prestação da amortização do empréstimo e depois constituírem a sua família. Mas não estou a dizer que estes jovens não tenham razão, mas o que os aflige é a subida do preço dos imóveis, e daí que pretendam algumas medidas de garantia, tendo-lhes eu respondido que era muito difícil, pois não podemos proteger toda a gente. Era esta a mentalidade dos que ganham um salário de 10 mil e tal patacas e que aspiram a ter uma casa que eles possam sustentar financeiramente por si próprios.

Depois, perguntei-lhes mais concretamente: que tipo de habitação é que querem? De facto, não se importam que as habitações sejam mais pequenas, porque no futuro se a vida lhes correr bem são promovidos e ganham mais dinheiro, podem vir a mudar de casa. Mas penso que há dois aspectos que merecem ser considerados. Primeiro, ultimamente, sobretudo de 2003 até à data, os preços dos imóveis não pararam de subir, sendo por isso que acham que não são capazes de acompanhar o ritmo destes preços, mesmo que os seus rendimentos aumentem. Segundo, estão preocupados que as economias que vão fazendo nunca mais cheguem para pagar a primeira prestação da amortização de uma pequena habitação. Penso que a minha percepção é ligeiramente diferente ou parcialmente idêntica à da Sra. Deputada Kwan Tsui Hang, mas, na verdade, se partirmos desta óptica qualquer jovem quer sempre comprar uma casa para si próprio. Isto corresponde a uma mentalidade muito tradicional, pois toda a gente quer sempre comprar a primeira casa e possuir a sua própria habitação. Portanto, vamos partir da definição do conceito de classe média para os ajudar, especialmente quando a taxa de aumento dos preços for muito grande e lhes trouxer problemas. No entanto expliquei-lhes que não é pelo facto de terem começado a trabalhar há pouco tempo que têm de comprar casa, porque ainda são muito jovens e podem viver com a família, ou recorrer a outras formas. Mas a economia actual de Macau está a crescer em ritmo contínuo, e cada geração tem a sua própria maneira de pensar. Da conversa que tive com os jovens reparei que têm esta aspiração. Penso que vamos dar um apoio neste sentido, sobretudo à classe média.

Quanto à questão do emprego, tive também oportunidade de conversar com os alunos de algumas instituições de ensino superior que pensam de maneira diferente das pessoas da nossa geração. Perguntaram-nos se não podíamos ajudá-los a arranjar emprego, pois

acham que é um problema. Ora, penso que não, porque tudo depende das oportunidades que o mercado oferece. Não podemos garantir empregos, pois às vezes é muito difícil. Por exemplo, quando acabam uma licenciatura e os empregos que arranjam nem sempre correspondem à sua área de formação, mas enquanto trabalham podem ir tirando cursos de formação. As situações são variadas, mas de uma maneira geral acho que os jovens hoje em dia se esforçam e lutam pelos seus objectivos. Dentro do âmbito da classe média julgo de facto que querem ter a sua própria casa, mas não de imediato, desde que tenham uma perspectiva de futuro. Foi disto que me apercebi. Creio que a Comissão para os Assuntos de Habitação Pública vai ter em consideração os rendimentos da classe média, incluindo os dos nossos jovens amigos.

Obrigado Sr. Presidente.

Presidente: Vamos fazer um intervalo de meia hora antes de continuarmos com a sessão.

(Intervalo)

Presidente: Bom, vamos continuar a sessão.

Sr. Deputado Sio Chi Wai, faça o favor.

Sio Chi Wai: Obrigado.

O 3.º Governo da RAEM empenha-se em preconizar o conceito da tomada decisões científicas, em elevar o nível da democratização e o da qualidade das decisões tomadas de forma científica e em avançar com a constituição dum Gabinete de Estudo das Políticas directamente subordinado ao Chefe do Executivo no sentido de apoiar o Governo a inteirar-se das opiniões civis e a tomar de forma científica as decisões, o que foi aceite pela sociedade.

Há dias, durante a sua visita a Macau, o Primeiro-ministro *Wen Jiabao* depositou as expectativas seguintes: elevar o nível da qualidade da governação do Governo de Macau; ficar a par da situação social e das opiniões civis; e auscultar amplamente as reivindicações e opiniões de todos os sectores sociais, no intuito de promover a governação científica. Neste sentido, é necessário a implementação da governação científica. O referido Gabinete deve assumir uma postura activa na interacção entre os serviços responsáveis pela definição das políticas e entre os estabelecimentos do ensino superior e as instituições académicas civis e na auscultação ampla das opiniões sociais. Para além disso, o Gabinete conta ainda com uma equipa de qualidade na elaboração e estudo das políticas a adoptar.

A gestão pública do 3.º Governo da RAEM entrará no momento importante, neste sentido é relevante a implementação plena da tomada de decisão política baseada em critérios científicos. Sr. Chefe do Executivo, qual é o ponto da situação dos trabalhos preparatórios da constituição do referido Gabinete? Como é que o novo regime se conjuga com a governação científica do Governo?

Obrigado.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado Sr. Presidente Lau Cheok Va.

Obrigado Sr. deputado Sio Chi Wai.

Os trabalhos de preparação do Gabinete de Estudo das Políticas estão a decorrer ordenadamente, e em 1 de Janeiro do próximo ano vai entrar formalmente em funcionamento. Queremos intensificar a capacidade deste Gabinete, de forma a melhorar os organismos de estudos estratégicos existentes na estrutura do Governo. Desde a tomada de posse do 3.º Governo que estamos a acompanhar os inquéritos à população. Pensamos que devemos estudar e aprofundar suficientemente bem estes aspectos e que o Gabinete de Estudo das Políticas deve dominar, de alguma maneira, a orientação das políticas, a implementação das infra-estruturas e o planeamento do futuro, através de estudos, designadamente, demográficos, da estrutura dos trabalhadores dos serviços públicos, etc. Pois bem, já passaram dez anos, havendo a necessidade de fazer estes estudos. O Gabinete de Estudo das Políticas vai levar a cabo estes trabalhos de investigação e vai intensificar os contactos com as diversas organizações de consulta, instituições científicas e comunidades associativas, de forma a fazer uma recolha e uma análise científica dos dados. No próximo ano vamos introduzir as orientações relativas à consulta das políticas públicas, por parte dos serviços públicos, reforçando a coordenação dos prazos, em resposta às opiniões da população e ao reforço das necessidades de diálogo, bem como à normalização dos respectivos trabalhos de consulta. Temos recebido diversas opiniões sobre os problemas das consultas realizadas pelo Governo, e como tal queremos introduzir as orientações normativas para a consulta das estratégias públicas, de forma a melhor alcançarmos os objectivos ora delineados.

Obrigado Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Lee Chong Cheng.

Lee Chong Cheng: Obrigado.

Sr. Chefe do Executivo:

Neste momento, os serviços de utilidade pública são adjudicados na sua maioria através de contrato de exclusividade ou contrato de concessão. O Governo nomeia delegados ou membros do Conselho de Administração junto das concessionárias e até verifica a conta de demonstração de resultados e o balanço das mesmas, no sentido de proceder à respectiva fiscalização. Mas isto não chega. A população basicamente não conhece as concessionárias, nem sabem da situação, quais os lucros, nem sequer se existem irregularidades financeiras, etc. Por exemplo, o contrato de concessão do Serviço Terrestre de Televisão por Subscrição tem causado constantes litígios e levou já várias vezes à suspensão da transmissão de sinais de televisão, afectando assim gravemente o direito de acesso à informação dos residentes. Os litígios devem-se à falta de clareza e ambiguidade das cláusulas do referido contrato de concessão e ainda à omissão da Direcção dos Serviços de Regulação de Telecomunicações, que não conseguiu determinar o âmbito da concessão nem instar a TV Cabo a cumprir o contrato.

Os serviços de utilidade pública têm implicações directas com os interesses da população. Sr. Chefe do Executivo, que medidas é que o Governo vai adoptar para reforçar a fiscalização junto das entidades que prestam serviços de utilidade pública e das concessionárias, no sentido de elevar a eficiência do respectivo funcionamento e reduzir as tarifas, favorecendo assim a população? Como é que o Governo vai resolver os problemas do contrato de concessão do Serviço Terrestre de Televisão por Subscrição, que tem causado constantes litígios, e dos fornecedores de serviços de antenas comuns, para que a população possa continuar a aceder aos

programas de televisão a preço módico, recebendo assim informação diversificada?

Obrigado.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado Sr. Presidente Lau Cheok Va.

Obrigado Sr. Deputado Lee Chong Cheng.

Penso que os serviços de utilidade pública são uma base fundamental do nosso desenvolvimento social, razão por que devemos manter a sua segurança, estabilidade e fiabilidade. Vamos desenvolver esforços no sentido de melhorar o regime de fiscalização e a legislação relativa aos diversos serviços de utilidade pública e promover a abertura progressiva dos respectivos mercados, com vista a uma concorrência saudável.

O que o Sr. Deputado Lee Chong Cheng acabou de referir diz respeito ao problema recentemente criado entre a Televisão por Cabo e os anteneiros. O Comissariado contra a Corrupção também levou a cabo uma investigação profunda acerca da inacção do Governo quanto a esta questão, perante a queixa apresentada pela Televisão por Cabo, tendo já sido concluída e divulgada a respectiva recomendação, que é também do vosso conhecimento.

De facto, todos os que vivem em Macau há algum tempo conhecem a situação dos anteneiros, que acompanha aliás a nossa geração, e que existe na maioria dos prédios há várias dezenas de anos, recebendo quantias fixas para que as pessoas possam ver televisão e escolherem os canais. Mas, tal como o Sr. Deputado Lee Chong Cheng referiu, a Televisão por Cabo foi objecto de um contrato de serviço exclusivo com o Governo, com cláusulas próprias. De acordo com o que foi anunciado publicamente por diversas vezes pela Direcção dos Serviços de Regulação de Telecomunicações, a expectativa para o futuro desenvolvimento é de “três em um”, conforme as necessidades de desenvolvimento da tendência a nível internacional.

Mas, pessoalmente, acho que antes de mais temos que resolver alguns aspectos, para só depois desenvolvermos o tal “três em um”, isto é, o mundo da *internet*, telecomunicações, televisão, etc. Perante a situação existente, e como Governo responsável que somos, há que definir claramente os seguintes aspectos: primeiro, a questão da legalidade e da não legalidade; segundo, sendo um contrato de serviço exclusivo que obedece à lei, temos que respeitar as cláusulas desse contrato, tal como devem ter reparado na recomendação que foi divulgada. De facto, segundo o disposto no clausulado, o Governo pode proceder ao seu resgate total, contrariamente à empresa concessionária, que pode recorrer às vias judiciais em caso de conflito e de discrepância por falta de consenso entre as partes. É um problema do passado, que se arrasta há muito tempo, e como tal temos de enfrentá-lo e resolvê-lo, porém, como já referi, sempre ao abrigo do princípio da legalidade e do respeito pela aplicação do clausulado do respectivo contrato de serviço exclusivo.

Por conseguinte, o primeiro aspecto frisado na recomendação feita pelo Comissariado contra a Corrupção refere-se à revisão do respectivo diploma, em ordem a resolver o assunto. Depois do que foi dito pelo Sr. Secretário Lau, já foi criado um grupo de trabalho, sob a responsabilidade do Sr. Director dos Serviços de Assuntos de Justiça, o Dr. Cheong Weng Chon, que inclui também representantes da Direcção dos Serviços de Finanças, um responsável da Direcção

dos Serviços de Regulação de Telecomunicações, etc., bem como elementos dos Gabinetes da Sra. Secretária Chan e do Sr. Secretário Lau. Espero que o problema seja resolvido na óptica da legalidade e o mais depressa possível, porque ninguém aceita que esta situação se mantenha na ilegalidade na RAEM, impondo-se portanto que seja revista a legislação, de forma a cumprir a lei. Não será pela complexidade que o problema deixará de ser resolvido, sendo por isso que o Governo se decidiu pela alteração da legislação a breve trecho, no sentido de resolver a questão da legalidade, a que se seguirá o estudo sobre o contrato de serviço exclusivo.

Sendo um serviço em regime de exclusividade, temos que respeitar o disposto nas cláusulas contratuais, caso contrário o ambiente de investimento, bem como a gestão da RAEM, seriam afectados negativamente. Assumindo o Governo uma atitude de responsabilização, há que resolver portanto a questão da legalidade, antes de mais nada, para de seguida tratar do respectivo contrato. Esperamos resolver este problema num prazo de três meses a meio ano, porque o contrato vai ser revisto em 2013, expirando em 2014. Por conseguinte, vai ser adoptado este procedimento, por esta ordem, não nos furtamos à questão, quer por se tratar de uma questão herdada do passado, quer pelo seu grau de complexidade.

Obrigado Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado, Ng Kuok Cheong.

Ng Kuok Cheong: Sr. Chefe do Executivo:

A crescente prosperidade económica que Macau tem vindo a conhecer deve-se ao apoio das autoridades centrais. Só que a Administração ainda insiste, quando o fosso entre ricos e pobres se alarga e o problema de habitação é cada vez mais bicudo, na eleição por um pequeno círculo de pessoas, no conluio com os empresários, no nepotismo, no clientelismo e na auscultação pública alargada. Além disso, com tal baixo nível de governação, como é que alguns titulares de principais cargos conseguem ganhar a confiança dos residentes! Por isso, o nível de qualidade da governação apenas se eleva quando se abandonarem velhas ideias e se lançarem novas. É esta portanto a tarefa mais premente. O Sr. Chefe do Executivo vai fazer isso? Por exemplo, em vez de construir 19 mil habitações públicas, pode o Chefe do Executivo lançar a nova política ligada ao quotidiano da população em substituição do plano antigo de construção de 19 mil fracções? Isto para acabar com o processo de acompanhamento e estudo repetido deste plano que demorou vários anos, o que tornou o prazo de espera de habitação indefinido. Por exemplo, o Secretário para os Transportes e Obras Públicas prometeu proceder no primeiro trimestre de 2009 à revisão do diploma sobre a habitação pública, que visa permitir a mais cidadãos conseguir comprar habitação económica, mas até ao momento, não honrou a promessa dele. Se, segundo o Secretário Lau, se aceitarem os novos candidatos, estes não conseguem ainda ficar abrangidos nestas 19 mil habitações públicas. Neste sentido, não será melhor lançar uma nova política, ou seja, mobilizar os recursos financeiros para acrescentar mais 40 mil fracções, no sentido de assegurar que os candidatos registados na lista de espera consigam obter uma habitação no prazo de 3 anos?

Em termos de sistema, a reforma política não pode parar, pois sem essa salvaguarda estagnam também os avanços económicos. O Sr. Chefe do Executivo prometeu que ia auscultar opiniões e promover o desenvolvimento do sistema democrático de acordo com a Lei Básica. No entanto, quando esta ordem baixou às mãos de Florinda

Chan, esta nada planeou e nada fez. Assim, como é que é possível confiar nessas promessas! Na verdade, são graves os problemas na área da Administração e Justiça. É o atraso na reforma jurídica, a teimosia em avançar com uma norma legal mesmo com a oposição do público, a concessão de sepulturas perpétuas, etc. Sr. Chefe do Executivo, com vista a elevar a qualidade da governação, vai substituir os dirigentes principais sob a tutela da Administração e Justiça, tendo em conta o interesse geral?

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado Sr. Presidente Lau Cheok Va.

Obrigado Sr. Deputado Ng Kuok Cheong.

Durante os últimos onze anos o Governo da RAEM tem desenvolvido um bom trabalho, o que comprova de facto que o que vem disposto na Lei Básica corresponde às necessidades reais de Macau. O Governo da RAEM vai cumprir escrupulosamente o que se encontra disposto na Lei Básica e, depois de ouvir um cada vez maior leque de opiniões dos diversos sectores e da população, irá respeitar os interesses gerais e o desenvolvimento a longo prazo da RAEM, numa base generalizada de consenso, empenhando-se com todo o cuidado na questão do futuro desenvolvimento do sistema político da RAEM. O Sr. Deputado Ng acabou de dizer que por alturas do passado mês de Março respondi aqui a esta questão, e que ouvi também as opiniões das pessoas durante a última sessão de debate. O que foi feito depois disso então? Creio que a Sra. Secretária Chan, quando fizer a apresentação das Linhas de Acção Governativa para 2011, nas áreas da Administração e Justiça, poderá descrever o que já foi feito com mais pormenor, ao Sr. Deputado Ng, ao Sr. Presidente e aos Srs. Deputados. Entretanto, acho que devemos aproveitar todos os meios de divulgação e a comunicação social para incentivar a discussão racional das questões de âmbito público, na medida em que as entidades associativas e as instituições científicas são a favor de uma análise comparativa e de mais estudos que possam resultar dessa discussão.

De seguida, a Sra. Secretária Chan vai apresentar-vos os relatórios e a análise feita às duas últimas eleições, mormente as eleições para o Chefe do Executivo e para a Assembleia Legislativa. Por outro lado, depois de tratadas as opiniões que colhemos ao longo do ano, quanto ao desenvolvimento do sistema político, vamos apresentá-las de forma pormenorizada aos Srs. Deputados. Esperamos também reforçar a educação cívica, elevar a qualidade cívica da população e a participação social, no âmbito da educação, da administração e da justiça. Comparámos também os regimes eleitorais e os respectivos processos de desenvolvimento em diferentes localidades, de forma a ser mais aprofundado o conhecimento sobre o seu percurso e sobre o seu regime eleitoral. Contamos ainda recorrer à *Internet* como nova plataforma e meio para fomentar um maior diálogo interactivo. É toda esta série de trabalhos que vamos desenvolver no âmbito do desenvolvimento do sistema político. Quando a Sra. Secretária Chan vier cá irá apresentar mais pormenores, sobretudo quanto à recolha e tratamento das opiniões sobre esta questão.

Obrigado Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Lam Heong Sang.

Lam Heong Sang: Obrigado Sr. Presidente.

Sr. Chefe do Executivo, Srs. membros do Governo, caros Colegas:

As políticas relativas aos recursos humanos têm influenciado a situação do emprego em Macau. Uma vez que faltam regras para a concretização da garantia de prioridade aos residentes no acesso ao emprego, um mecanismo de despedimento dos trabalhadores não residentes e ainda a respectiva transparência, o Governo deve reforçar a legislação.

Por outro lado, o problema da proliferação de trabalhadores ilegais afecta o prestígio do Governo, tendo a sociedade de pagar um elevado preço por isso. Com vista ao combate eficaz ao trabalho ilegal, o Governo da RAEM nestes últimos cinco anos tem efectuado trabalhos de auscultação com vista à devida legislação, só que não se vêem resultados. O trabalho ilegal é um problema que o Governo tem de resolver quanto antes.

Sr. Chefe do Executivo, de que medidas dispõe o Governo para incentivar o emprego? Como é que vai elevar a transparência das políticas relativas aos trabalhadores não residentes? Como é que vai reforçar o combate ao trabalho ilegal? O Governo da RAEM já terá ponderado legislar no sentido de melhorar a situação do emprego em Macau?

Muito obrigado.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado Sr. Presidente Lau Cheok Va.

Obrigado Sr. Deputado Lam Heong Sang.

Quanto ao aperfeiçoamento da política de recrutamento de trabalhadores não residentes, trata-se de uma das tarefas que o Governo da RAEM está a desenvolver com estabilidade, em prol do emprego local, sendo que a maior prioridade é o emprego e a defesa dos interesses dos trabalhadores locais dos diversos sectores. No passado, sobretudo nos últimos dez meses, constata-se que o Governo intensificou o combate ao trabalho ilegal e, como é óbvio, foram recebidas muitas reclamações relativamente à intensidade e à eficácia do combate ao trabalho ilegal, etc. Reestruturou-se, inclusivamente o grupo de trabalho, cabendo ao Corpo de Polícia de Segurança Pública a sua coordenação, coadjuvado pela Direcção dos Serviços de Assuntos Laborais, nestas acções de combate. O Governo vai esforçar-se em pleno, tal como tem acontecido até agora, no combate ao trabalho ilegal, porque temos que defender os interesses dos trabalhadores locais.

Em relação à prioridade de emprego dada aos trabalhadores locais, é um assunto que merece toda a atenção do Governo da RAEM, e que está a ser aplicada, aliás, é uma tarefa que devemos fazer, e apenas em caso de insuficiência de mão-de-obra local é que se recorre ao recrutamento de trabalhadores não residentes. Quanto aos pressupostos e ao processo de consulta do processo legislativo, vamos continuar a trabalhar, mas há certas questões que temos de analisar e que merecem ser discutidas racionalmente, para se chegar a um certo consenso, porque no passado havia muitas opiniões contrárias e, como tal, o Governo vai continuar a realizar acções de consulta, através do respectivo mecanismo de coordenação.

Obrigado Sr. Presidente.

Presidente: Sra. Deputada Ho Sio Kam.

Ho Sio Kam: Obrigada Sr. Presidente.

Sr. Chefe do Executivo, Srs. membros do Governo, caros Colegas:

Boa tarde a todos!

Aquando da sua visita a Macau na semana passada, o Sr. Primeiro-ministro Wen Jiabao frisou, com palavras sinceras e sentimentos profundos, que foi necessário acelerar a formação de quadros qualificados de diferentes áreas para que possam suportar o futuro desenvolvimento de longo prazo de Macau. Os jovens são os futuros alicerces da nossa sociedade, por isso não se pode negligenciar a formação destes mesmos. Sobre isso, no Relatório das LAG para o próximo ano, o Chefe do Executivo adopta várias medidas para o efeito. Atendendo a que hoje em dia os jovens, nomeadamente os da geração dos anos 80, não dão grande cuidado aos assuntos sociais, incapazes de expressar as suas opiniões, só sabendo esconder-se e fugir quando encontram problemas e dificuldades, isso merece a nossa grande atenção e preocupação. Ora, com o desenvolvimento social e democrático constante, como é que podemos cultivar uma elite política? Queria saber qual medida vai adoptar o Governo? Ademais, é evidente que a formação de quadros qualificados não se afasta do ensino e é importante mesmo haver uma equipa forte de docentes. Contudo, verifica-se uma grande diferença quanto às regalias e às garantias após a aposentação entre os docentes das escolas públicas e privadas. Apesar de no Relatório das LAG o Chefe do Executivo referir elevação do estatuto profissional dos docentes, quais são as medidas concretas? Gostaria que o Sr. Chefe do Executivo me desse uma resposta sobre isto.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado Sr. Presidente Lau Cheok Va.

Obrigado, Sra. Deputada Ho Sio Kam.

Penso que o ensino e a educação moral são os aspectos mais importantes para os jovens, e neste domínio irão ser-lhes proporcionados bons conhecimentos, oportunidades e apoios. Esperamos antes de mais nada que venham a adquirir um sentimento de pertença à sociedade e um sentido de responsabilidade. Quanto ao modo de preparar os jovens para a política, isto de facto tem a ver com o que acabei de referir, isto é, conhecimentos, oportunidades e apoios, por seu lado, no desenvolvimento de actividades sociais, o modo de os apoiar e de lhes proporcionar oportunidades de aprendizagem, cultivando capacidade de liderança, de preocupação perante a sociedade, etc. Penso que temos de recorrer a algumas formas de diálogo para sabermos o que pensam os jovens da geração dos anos 80 e quais as acções que temos de realizar para desenvolver as suas potencialidades ou os seus interesses. A formação de talentos políticos exige que tenham muito apoio até atingirem a maturidade. Pessoalmente, penso que a sorte na vida também é outro factor, pois é toda uma conjuntura de situações, quer em termos de educação e moral, quer em termos de oportunidades de apoio. Macau é uma sociedade com muitas organizações associativas, daí que se os jovens quiserem podem participar nas respectivas tarefas associativas, sobretudo as de natureza filantrópica, como por exemplo de voluntariado, ajudando os carenciados, os necessitados ou os menos felizardos, cultivando neles um certo sentido de responsabilidade social, o que é muito positivo, como é óbvio. Mas como transformar jovens que servem a sociedade em talentos políticos? Penso que tem a ver com o percurso de vida de cada pessoa e das oportunidades que cada uma vai encontrando, sobretudo por parte dos veteranos e daquilo que estes lhes forem proporcionando. Terão inclusivamente de começar pelos postos mais baixos, até chegarem, através de sucessivas fases de selecção, a

talentos na política, o que não é nada fácil. Mas, o mais importante é começarmos a partir dos níveis básicos de ensino, da educação moral para a formação de líderes, e que esses jovens tenham um verdadeiro espírito de servir a sociedade.

A Sra. Deputada Ho Sio Kam quando referiu há momentos, e muito bem, que os jovens da geração dos anos 80 têm mentalidades e maneiras de ver a sociedade e o seu próprio futuro diferentes das nossas, têm no entanto as suas próprias potencialidades e interesses. Em suma, acho que os jovens de Macau precisam de facto do nosso apoio para dialogar, de forma a ouvirmos realmente as suas opiniões e aspirações. Esperamos sinceramente que o sistema educativo vigente permita apoiar os nossos jovens para além do ensino não superior, para poderem concluir também o ensino superior. Como sabemos, a taxa de sucesso escolar nos quinze anos de escolaridade gratuita e no ensino superior, ou do prosseguimento de estudos superiores no exterior, é muito elevada. Queria aqui partilhar convosco algumas opiniões recentes dos estudantes universitários, que têm aliás as suas próprias ideias e muitas opiniões. Mas é provável que haja algum conflito de gerações e, como tal, temos que dispor de mais tempo para os compreendermos e sabermos o que pensam. Por isso, para lhes dar formação e para os apoiarmos temos que conhecer o pensamento dos jovens, razão da importância da educação, quer no ensino não superior, quer no superior.

Em relação à equipa de docentes, penso que depois de um longo percurso iremos entrar muito em breve em processo legislativo. O quadro geral do pessoal docente vai definir uma vez mais o estatuto profissional dos professores, bem como a defesa dos seus interesses, etc., de forma a estreitar a diferença que há, sobretudo entre os docentes das escolas oficiais e do ensino particular, uma vez que os primeiros seguem o regime dos trabalhadores dos serviços públicos. Toda a nossa política vai no sentido de elevar as garantias, os salários, as regalias sociais, a garantia de qualidade de vida na aposentação, e o estatuto profissional, esperando-se igualmente que possam desenvolver mais tarefas de âmbito pedagógico e mais trabalho de componente não lectiva, dedicando mais tempo aos alunos. Espero que através deste quadro de consenso e depois de concluído o processo legislativo, uma vez que os trabalhos já se prolongam há imenso tempo, se não estou em erro, há quase vinte anos, possamos entrar numa nova fase, em termos de reconhecimento profissional do estatuto dos docentes das instituições do ensino particular de Macau.

Obrigado Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Au Kam San.

Au Kam San: Sr. Chefe do Executivo:

A diminuição do valor da pataca e o aumento dos preços dos produtos são focos da atenção da população, no entanto nada se refere nas LAG sobre o aliviar destes problemas. Os residentes esperavam que o Governo aumentasse o montante do Plano de Participação Pecuniária para enfrentarem os elevados preços dos produtos, mas tal não aconteceu, registou-se antes uma redução. E até o montante para a conta do Regime de Poupança Central diminuiu para 6.000 patacas. Os mais afectados são aqueles mais de trinta mil cidadãos com idade superior a 65 anos, que não eram protegidos nem abrangidos pelo regime de Segurança Social, não podendo assim receber pensão de velhice. O Governo procedeu este ano a uma revisão do regime que passou a abranger todos os residentes e a permitir o pagamento de contribuições retroactivas.

Entretanto, o novo regime de segurança social apenas permite o pagamento retroactivo máximo de 180 prestações mensais, por outras palavras, os tais idosos só podem receber uma pensão de velhice no montante máximo de 850 patacas por mês. Somos obrigados a aceitar isso, para que os idosos que nada têm possam ao menos receber essas tais 850 patacas. O valor máximo da pensão de velhice são 1.700 patacas, um montante que, em termos rigorosos, não chega para sobreviver, mas agora, os cerca de trinta mil idosos a quem foi permitido efectuar contribuições retroactivas, vão receber uma pensão no montante de apenas 850 patacas. Estabelecendo a comparação com o índice mínimo de subsistência, cujo montante é de 2.640 patacas, não será ridículo atribuir aos idosos uma pensão de 850 patacas? Os idosos vão receber uma pensão de velhice de 850 patacas no próximo ano, mas o montante da Conta de Poupança Central diminuiu de 10.000 para 6.000 patacas, ou seja, menos cerca de 300 patacas em média por mês. E o montante do Plano de Participação diminuiu de 6.000 para 4.000 patacas, ou seja, menos cerca de 100 patacas em média por mês. Será que com tudo isto ainda se pode falar em respeito pelos idosos? Senhor Chefe do Executivo, esta medida é definida durante o seu mandato e numa situação em que o cofre da RAEM se encontra com 60 mil milhões de excedente, só da parte correspondente ao imposto sobre o jogo. Não receia que daqui a 100 anos o seu desempenho de dez anos como Chefe de Executivo venha a ser alvo de riso e desdém? Vai ponderar colmatar esta lacuna? Vai permitir que após o pagamento das 180 contribuições retroactivas os idosos com mais de 65 anos recebam a pensão por completo? No sentido de colmatar as lacunas existentes no Regime de Segurança Social. No Relatório das LAG, apesar de sugerir a injeção de quantias na Conta de Poupança Central e no Plano de Participação Pecuniária, esta sugestão deve poder ser concretizada mais tarde. Queria saber se existe espaço para o aumento das quantias referidas.

Obrigado.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado Sr. Presidente Lau Cheok Va.

Obrigado Sr. Deputado Au Kam San.

Queria antes de mais esclarecer que aquando da apresentação do Regime de Poupança Central nas Linhas de Acção Governativa, as dez mil patacas correspondem de facto ao montante do fundo inicial da conta, daí que, independentemente da data de abertura da mesma, seja no próximo ano ou no ano seguinte, o Governo vai injectar as dez mil patacas como fundo inicial, a partir do ano em que o titular preencher os necessários requisitos para ter acesso ao Regime de Poupança Central. No ano passado, ou melhor, este ano, o Governo da RAEM atribuiu um valor de seis mil patacas a título de apoio pecuniário, e durante a apresentação das Linhas de Acção Governativa, no passado mês de Março, fomos muito claros quando dissemos que esta medida temporária estaria sujeita a um regime, querendo o Governo referir-se à transição gradual da partilha dos frutos do desenvolvimento económico para o Regime de Previdência Central de dois níveis. Na futura proposta de lei, que será submetida à Assembleia Legislativa, vamos transferir a conta do Regime de Poupança Central para a conta do Regime de Previdência Central e durante essa fase de transição vamos injectar um montante de dez mil patacas na conta de cada um dos residentes que preencham os respectivos requisitos.

Na apresentação das Linhas de Acção Governativa de ontem, referi que o valor do apoio pecuniário para os residentes

permanentes é de quatro mil patacas e para os residentes não permanentes é de duas mil e quatrocentas patacas. Quanto ao fundo inicial para a conta do Regime de Poupança Central, é de seis mil patacas. Trata-se porém de um compromisso do III Governo, quanto à institucionalização do processo, pois queremos que a partilha dos frutos do desenvolvimento económico seja feita sob diversos aspectos, designadamente através da conta do Regime de Poupança Central, do Regime de Segurança Social, da redução dos impostos fiscais, do apoio à educação contínua, da formação para a população, etc. É nosso desejo que os investimentos ora feitos venham a garantir um desenvolvimento sustentável. Tal como podem ver, muito claramente, a activação do fundo inicial é feita à parte. No ano passado houve uma injeção de capital na conta e todos os anos continuaremos a fazer essa operação, desde que preenchidos os requisitos. As seis mil patacas foram injectadas na conta de Poupança Central, e os que completem 65 anos de idade estão habilitados ao seu levantamento. Ontem foi também divulgada a continuação da atribuição das cinco mil patacas de subsídio aos idosos. O Governo da RAEM deseja sinceramente que os nossos idosos possam passar o resto da sua vida em Macau, num ambiente que lhes é familiar e que sejam respeitados, razão por que vai proceder a uma série de medidas no seio da comunidade, incluindo os serviços de cuidados de saúde, pois todos deram um grande contributo para o actual desenvolvimento de Macau, tendo todos nós o dever de assumir as devidas responsabilidades e de os recompensar por isso.

Quanto às contribuições, de facto, o Governo, aquando da consulta à opinião pública, tomou em consideração os factores herdados do passado e avaliou a situação financeira antes de decidir da possibilidade de os residentes poderem efectuar retroactivamente as contribuições, sendo o limite máximo dos descontos reduzido a metade dos trinta anos exigidos, isto é, quinze anos, tendo o contribuinte direito a receber proporcionalmente a respectiva pensão para idosos e se não tiver outros proventos ou se os seus rendimentos se situarem abaixo do índice de sobrevivência pode requerer um apoio financeiro junto do Instituto de Acção Social, até que lhe seja garantido o valor de 2.640 patacas como rendimento mínimo de sobrevivência. Os idosos que completem 65 anos de idade e sejam beneficiários dos apoios financeiros do Instituto de Acção Social podem requerer junto do mesmo Instituto o subsídio para o desconto retroactivo da contribuição de 8.100 patacas, o que equivale a não ter de pagar a referida contribuição, através do apoio dado pelo Instituto de Acção Social. O Governo e a sociedade têm tido uma atenção especial para com os idosos e, para além dos subsídios para idosos, o Governo vai intensificar uma série de políticas e medidas nesse sentido. Quanto ao que o Sr. Deputado Au acabou de referir sobre o estudo para um alargamento de apoios na globalidade da política para os idosos, queria apresentar-vos antes de mais o que estamos a fazer neste momento, sobretudo face aos efeitos da inflação e ao ambiente social. O alargamento dos apoios é uma iniciativa que merece ser implementada, pois além do aspecto monetário inclui também o apoio aos idosos, em termos de equacionamento do ambiente que lhes seja familiar, incluindo o apoio no seio da comunidade, em cuidados de saúde, e a realização de alguns cursos de interesse, permitindo-lhes uma maior satisfação no gozo da sua reforma.

Obrigado Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Chan Wai Chi.

Chan Wai Chi: Obrigado Sr. Presidente.

Sr. Chefe do Executivo:

Ontem o Sr. Chefe do Executivo divulgou que havia 72% famílias, em 2007 e 2008, que tinham capacidade económica para adquirir as suas próprias habitações. Gostaria de acrescentar que em 2002 e em 2003 a percentagem foi mais elevada, ou seja, 77%. Contudo, por que razão a percentagem diminuiu nos anos seguintes? Na realidade a razão é simples, a subida do preço de imóveis conduziu a menos pessoas terem capacidade económica para comprar casas. Desde o ano 2002 até à data, há muitos jovens que convivem com os seus pais, não são poucos os que chegam à idade da constituição da sua própria família. Face à subida dos preços dos imóveis originada pela especulação, muitos dos jovens que chegam à idade de casar, devido à limitação do espaço da casa que vivem actualmente é mais premente a necessidade de uma habitação. No Relatório das LAG para o ano de 2007 o Governo da RAEM apresentou dois planos: um, foi apoiar as famílias recém-casadas para arrendarem primeiro uma casa e depois adquirir uma habitação; outro, foi financiar as famílias jovens que adquirem a primeira habitação, no sentido de apoiar os jovens necessitados e a classe média a comprar uma habitação própria. Volvidos já três anos, o primeiro plano foi concretizado, mas não se vislumbrou a sombra do segundo plano. Quando os meus colegas acompanharam a situação deste plano, através da apresentação de interpelações, a resposta recebida foi sempre que após o estudo se iria elaborar uma proposta de lei, depois de acabada a auscultação pública, e o referido plano seria lançado. Contudo no Relatório das LAG do corrente ano não se vislumbra ainda qualquer sombra do plano de apoio às famílias recém-casadas para arrendar uma casa. Neste sentido, Sr. Chefe do Executivo, afinal quando é que se iniciará o plano prometido há três anos? Isto é, a Administração vai encontrar um terreno para a construção das habitações destinadas ao arrendamento às famílias recém-casadas, com vista a diminuir as preocupações dessas famílias, no sentido de evitar que estes jovens se obriguem de início, e tão cedo, a carregar às costas os encargos com as casas, por serem compelidos a ser escravos das mesmas?

Obrigado.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado Sr. Presidente Lau Cheok Va.

Obrigado Sr. Deputado Chan Wai Chi.

Fizemos uns cálculos estatísticos muito simples, relativos aos últimos quatro anos. Há cerca de dois mil a três mil recém-casados por ano e, tal como o Sr. Deputado Chan Wai Chi acabou de referir, de facto, nas Linhas de Acção Governativa do ano económico de 2008 foi abordada a questão da necessidade urgente de habitação de alguns jovens que acabaram de constituir família. Atendendo a essa situação, o Governo acelerou a construção de um lote de habitações para os jovens que ainda não adquiriram casa e que reúnem os requisitos para poderem ser sorteados para o respectivo arrendamento, seguindo-se outras diligências em 2009, para apoiar a população na aquisição de habitação, incluindo os jovens recém-casados, através de medidas adequadas por parte do Governo da RAEM, para reduzir os encargos financeiros daí decorrentes. O Sr. Secretário Lau procedeu de seguida a uma consulta social e foi feito um inquérito sobre o plano de arrendamento das habitações dos recém-casados, tendo havido muitas e variadas opiniões, uma vez que parte deles não queria apenas alugar uma casa. Isto em relação ao estudo feito pelo Instituto de Habitação, no passado mês de Abril

deste ano, tendo o seu Presidente alegado que havia muita discrepância de opiniões neste domínio. Na verdade, podemos fazer um estudo mais científico, porque os recém-casados não são muitos, e o Sr. Secretário Lau dispõe dos respectivos dados, daí que quando fizer a apresentação das Linhas de Acção Governativa poderá analisar esta questão. Acho que o problema do arrendamento não é muito complicado, mas é claro que arrendar primeiro para depois comprar é outra solução também, se bem que seja muito natural que queiram ter o seu próprio lar. Mas este assunto vem sendo debatido há vários anos, e de acordo com o relatório do Sr. Secretário Lau a divergência de opiniões é grande, contudo, penso que não é uma questão complicada, porque é muito fácil conhecer a orientação básica dos cerca de dois mil pares de recém-casados, constituindo o arrendamento das habitações uma alternativa em termos de opção. Vamos continuar a proceder às respectivas diligências e, na devida altura, quando o Sr. Secretário Lau cá vier poderá partilhar convosco as posições que pôde recolher aquando da consulta feita.

Obrigado Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Vong Hin Fai.

Vong Hin Fai: Obrigado Sr. Presidente.

Sr. Chefe do Executivo:

A utilização dos recursos de solos, que são escassos em Macau, é sempre tida em grande atenção pela sociedade. Em 2008 o Governo deu início ao processo de auscultação sobre a revisão e optimização da Lei de Terras, em vigor já desde 1980, e de outra legislação complementar, tendo para o efeito divulgado o Texto para Consulta das Propostas de Revisão Preliminar da Lei de Terras e dos Diplomas Complementares, em relação ao qual se auscultaram também os serviços de justiça e diversas comissões e organismos. Quando pode então o Governo apresentar um projecto de revisão da Lei de Terras e diplomas complementares, para ser submetido à auscultação do público e seguidamente se dar início ao respectivo processo legislativo? Além disso, atendendo a que a protecção ambiental e a poupança energética têm vindo a contar com o contributo de diversos países e regiões, o Governo da RAEM dispõe de novas medidas para a protecção do ambiente e a promoção do consumo verde?

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado Sr. Presidente Lau Cheok Va.

Obrigado Sr. Deputado Vong Hin Fai.

Os recursos de terras em Macau são muito preciosos. O Governo da RAEM através de uma aplicação adequada das leis e dos diplomas existentes, e tomando por base os princípios de abertura, justiça, eficácia e gestão sistemática dos recursos de terras da RAEM, deu início em 2008 ao processo de análise dos diplomas complementares da Lei de Terras e a uma ampla consulta pública sobre a 1.^a fase. No próximo ano vamos continuar a acelerar os trabalhos de alteração da lei. Em relação à concessão de terrenos, vamos adoptar os moldes do concurso público ou de leilão em hasta pública e, norteados pelo princípio do interesse público, incluiremos na lei, tendo em conta a abertura e a transparência dos processos, os aspectos relativos à concessão de terrenos, área dos terrenos, prazos de concessão, alteração de finalidade, prémios de concessão, etc.

Em relação à protecção ambiental, na apresentação das Linhas de

Acção Governativa de ontem, referi que, de acordo com o disposto pelo País, sobretudo ao abrigo do Protocolo de Quioto e do Congresso de Copenhaga, o Sr. Primeiro-Ministro já anunciou que temos de reduzir a emissão de gases numa taxa de 40%-50%, em tempo definido, especialmente o dióxido de carbono. Vamos trabalhar segundo esta orientação, incluindo as medidas legislativas de protecção ambiental, a criação do Fundo para a Protecção Ambiental e uma série de acções para redução da emissão de gases e de conservação energética.

Obrigado Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Chui Sai Peng.

Chui Sai Peng: Obrigado Sr. Presidente.

Sr. Chefe do Executivo:

Posso ver o progresso constante do Relatório das LAG, devido à elaboração mais prudente e detalhada dos conteúdos que envolvem os mais variados aspectos. Este relatório continua a seguir o princípio da “tomada de decisões científicas”, em cúmulo mesmo com o nuclear “servir melhor os cidadãos”. Para além disso, destacam-se expressamente ainda os três pontos seguintes: o primeiro é empenhar o aperfeiçoamento da qualidade da vida no sentido de construir conjuntamente o lar maravilhoso; o segundo é promover a integração regional para concretizar a economia diversificada; e o terceiro é concretizar gradualmente a tomada de decisões científicas e construir um Governo íntegro. É de salientar que não é toda a população que percebe o conjunto de medidas constantes das LAG. Então, quanto aos planos a lançar, Sr. Chefe do Executivo, pode explicar sinteticamente os objectivos destes planos a alcançar a curto prazo? E qual é o efeito que se deseja atingir a longo prazo?

Obrigado.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado Sr. Presidente Lau Cheok Va.

Obrigado Sr. Deputado Chui Sai Peng.

O objectivo de construção de um centro de turismo e lazer de nível mundial, resulta de facto de estudos, análises, e acertos feitos ao longo destes anos. Vamos servir-nos das Linhas Gerais do Planeamento para a Reforma e Desenvolvimento da Região do Delta do Rio das Pérolas para a sua implementação, sendo consideradas como uma estratégia de desenvolvimento nacional, de acordo com o posicionamento e o plano director ora definidos. Vamos desenvolver uma série de acções para alcançar este objectivo, designadamente no âmbito do tráfego. Neste momento estamos a estudar a confluência de vias de circulação, o que inclui a gestão das fronteiras. A nível marítimo, estamos já a construir o novo terminal marítimo. No domínio da aviação, foram definidos alguns requisitos, porque a capacidade máxima do nosso Aeroporto Internacional pode ir até aos seis milhões de passageiros. No futuro vamos reservar terrenos para o planeamento do Aeroporto, de forma a corresponder às necessidades previstas. Para se atingir o objectivo “centro de turismo e de lazer de nível mundial”, temos que dispor de espaços de lazer e actividades de baixo teor de carbono, que sejam cómodos, confortáveis e agradáveis, através da cooperação regional, complementada e concertada. Já se encontra definido o grupo das nove cidades que integram as Linhas Gerais do Planeamento para a

Reforma e Desenvolvimento da Região do Delta do Rio das Pérolas, com vista à criação do chamado espaço de vida de qualidade, e Macau vai desenvolver acções no âmbito da cooperação regional, no sentido de alcançar esse objectivo e de acompanhar as oportunidades criadas pelo desenvolvimento do centro de turismo e de lazer de nível mundial.

Por outro lado, no contexto das Linhas Gerais, foi também anunciado o Plano de Desenvolvimento Geral da Ilha da Montanha, que vem demonstrar também o apoio à RAEM em termos de processo pioneiro. A Província de Guangdong, Hong Kong e Macau, foram também definidos como locais dinâmicos de turismo de nível mundial dentro da Região da Ásia-Pacífico, razão por que foram realizadas várias reuniões de apoio ao nosso desenvolvimento entre o Governo Popular da Província de Guangdong e o Governo da RAEM. Já existe desde 1993 uma organização conjunta para a promoção do turismo entre Hong Kong, Guangdong e Macau. Vamos continuar a trabalhar nesse sentido e no futuro próximo vamos apresentar também as medidas nos diferentes âmbitos de tutela dos Srs. Secretários. Em termos gerais, a questão já está colocada ao nível de estratégia nacional, estando definido o posicionamento de Macau, com um plano director e objectivos básicos, importando agora trabalhar bem o *hardware* o *software* para alcançarmos esse objectivo que carece da cooperação regional e da participação de toda a população. Macau é um local turístico com um passado histórico e concordamos plenamente com o posicionamento que foi definido pelo País. Estamos confiantes no desenvolvimento dos trabalhos em causa, sobretudo no que toca às infra-estruturas, coordenação das confluências de tráfego e aperfeiçoamento dos locais a escolher. Os cinco lotes de aterros autorizados pelo Governo Central estabeleceram claramente as necessidades de infra-estruturas públicas e áreas verdes, etc., com maiores dimensões, para responder às exigências de centro de turismo e de lazer de nível mundial. É esta a minha breve apresentação sobre esta matéria. Creio que os Srs. Secretários quando aqui vierem vão apresentar-vos as questões no âmbito respeitante a cada uma das suas tutelas.

Obrigado Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Tong Io Cheng.

Tong Io Cheng: Obrigado Sr. Presidente.

Sr. Chefe do Executivo:

O direito de apresentação de propostas de lei está essencialmente nas mãos do Governo, e o respectivo ritmo de apresentação das mesmas à Assembleia Legislativa é muito variável, às vezes lento e às vezes muito rápido. De que medidas dispõe o Governo para resolver esta situação? Para além disso, segundo os *media*, o Governo está a preparar a centralização dos trabalhos relativos à apresentação das propostas e, perante o actual enquadramento, o que vai fazer para concretizar essa meta? Passou já 1 ano desde que o Sr. Chefe do Executivo assumiu o objectivo de construir um Governo íntegro, vai então recorrer à Lei para sistematizar e concretizar esse objectivo?

Obrigado.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado Sr. Presidente Lau Cheok Va.

Obrigado Sr. Deputado Tong Io Cheng.

O Sr. Deputado Tong Io Cheng acabou de se referir a algumas das nossas anteriores acções, salientando que algumas foram urgentes e outras mais lentas. Peço-vos desculpa por às vezes terem que trabalhar com pouco tempo e com urgência, mas de facto houve um grande esforço da nossa parte nestes últimos dez meses em termos de iniciativas legislativas resultantes de muitas revisões e estudos, razão que justifica a necessidade de ser definido um mecanismo de coordenação central, entre o Gabinete de Reforma Jurídica, a Sra. Secretária para a Administração e Justiça e eu próprio, em conjugação também com o Conselho Executivo. Julgo que esta nova solução constitui um certo apoio na área da coordenação legislativa. Desta forma, fizemos um estudo minucioso e indicámos em anexo, no relatório das Linhas de Acção Governativa, a situação das mais de dez propostas de lei. A meio do ano faremos uma nova análise e se houver mais propostas de lei iremos dialogar com o Sr. Presidente, no sentido de fazer a respectiva calendarização. Qualquer base de comunicação exige um mecanismo de coordenação central, importando definir as propostas de lei que vão ser submetidas à apreciação da Assembleia Legislativa. É nosso desejo que para além das propostas de lei enumeradas possamos ter outras, mas, quanto a estas, mais de dez propostas de lei foram objecto de estudo durante algum tempo, estamos confiantes quanto à sua apresentação na Assembleia Legislativa.

A análise e os estudos que fizemos ao longo destes últimos dez meses foram muito cuidadosos e, no futuro, seja a nível do mecanismo de coordenação central ou da calendarização das propostas de lei, vamos dar prioridade às que digam respeito à qualidade de vida da população. Neste momento, para além das que estão pendentes na Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça há três anos, que têm que ser despachadas cabalmente, e de outras em curso que devem ser tratadas, achamos que há também uma série de propostas de lei referentes à qualidade de vida da população que são prioritárias, as quais nos iremos esforçar por apresentar à Assembleia Legislativa.

Obrigado Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Ung Choi Kun.

Ung Choi Kun: Obrigado Sr. Presidente.

Sr. Chefe do Executivo:

A gestão social é composta pelo sujeito, pelo objecto e pelo conteúdo; o sujeito refere-se ao Governo, o objecto são os cidadãos e o conteúdo liga-se a todas as áreas da acção governativas. Na sessão de perguntas e respostas realizada no passado mês de Março, coloquei umas perguntas relacionadas com as reivindicações razoáveis dos trabalhadores da função pública, e de que forma se podia estabelecer uma equipa de trabalhadores com visão estratégica, com a assunção da responsabilização e com alta eficiência, nomeadamente na concretização das LAG. A resposta dada naquela altura pelo Chefe do Executivo foi... o ajustamento dos valores dos subsídios de habitação, familiar, etc. Espero que esta promessa consiga ser concretizada neste ano e a proposta de actualização do vencimento dos funcionários possa ser concluída o mais cedo possível. É com agrado que ouvi ontem a concretização da actualização salarial dos trabalhadores da função pública, aquando da apresentação do Relatório das LAG pelo Sr. Chefe do Executivo. Pessoalmente concordo com isso! Bem! O bom conceito das LAG

promove o moral dos trabalhadores da função pública para que melhor sirvam os cidadãos.

Isso corresponde ainda ao espírito das quatro orientações do Primeiro-Ministro Weng Jiabao durante a sua visita a Macau, isto é, elevar o grau científico na execução das LAG.

Assim sendo, manifesto o meu agrado em relação às medidas referidas no relatório, especialmente a implementação do Estatuto dos Titulares dos Cargos Principais do Governo da RAEM e das respectivas normas de conduta, porque esse estatuto vai permitir erradicar as insuficiências do regime de responsabilização, bem como aperfeiçoar a estruturação da camada dirigente e ainda contribuir para a elevação do grau científico de execução das LAG.

Sr. Chefe do Executivo, depois de ajustar o vencimento e os subsídios, como é que vai garantir que os funcionários públicos exerçam os poderes públicos com maior rigor e sejam mais sérios no cumprimento dos seus deveres de governação, tendo em consideração com os interesses da população? Como é que vai concretizar, verdadeiramente, o espírito das LAG? Como é que vai executar eficazmente os referidos regimes, especialmente os regimes que exigem que os titulares dos cargos principais se assumam como exemplo para os outros funcionários, e aqueles que definem as responsabilidades políticas, administrativas e judiciais, dos dirigentes aos mais diversos níveis?

Muito obrigado!

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado Sr. Presidente Lau Cheok Va.

Obrigado Sr. Deputado Ung Choi Kun.

Peço-vos desculpa, há bocado faltou-me responder a uma questão do Sr. Deputado Tong Io Cheng, quanto à produção legislativa sobre o Governo transparente. Em primeiro lugar, aquando da apresentação das Linhas de Acção Governativa, no passado mês de Março, fizemos a promessa de elaborar o regime de declaração de rendimentos. Neste momento o mesmo encontra-se em fase de consulta, esperamos que até ao final do ano possa entrar em processo legislativo. Vamos rever certos procedimentos, no sentido de aumentar a transparência e a eficácia, alterando inclusivamente os diplomas legais e os regulamentos que forem necessários.

O Sr. Deputado Ung Choi Kun falou da resposta às necessidades dos trabalhadores dos serviços públicos, designadamente na revisão de três subsídios, aquando da apresentação das Linhas de Acção Governativa em Março passado. Ouvimos também as associações dos trabalhadores dos serviços públicos quanto ao aumento dos vencimentos, e apresentámos à Assembleia Legislativa a proposta de lei do apoio judiciário, em virtude do exercício de funções públicas, e que foi objecto de aprovação na generalidade. Portanto, é isto que se passa em termos de resposta às questões que os Srs. Deputados colocaram na altura. Antes do final do ano vamos definir também o estatuto e as disposições gerais dos titulares dos principais cargos, nomeadamente quanto à responsabilização política e a uma discriminação detalhada da definição dessa responsabilização. Quanto à elevação do nível dos nossos trabalhadores dos serviços públicos, penso que é nosso desejo dar primazia à população, à gestão científica e a um Governo transparente e com uma gestão mais eficaz. No futuro próximo vamos intensificar a formação, e quando concluirmos o estatuto e as disposições gerais relativas aos

titulares dos principais cargos a sua responsabilização irá sair fortalecida, através do cumprimento das respectivas normas. A eficácia da acção governativa vai ser mais elevada, em resposta às solicitações da população.

Obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Cheung Lup Kwan.

Cheung Lup Kwan: Sr. Presidente, Sr. Chefe do Executivo:

Tive oportunidade de me deslocar à Ilha da Montanha, em Zhuhai, para visitar o local onde vai ser construído o novo *campus* da Universidade de Macau. Segundo o plano previsto, trata-se de uma universidade óptima de nível mundial e de excelente concepção. Alguns académicos internacionalmente famosos vão ensinar nessa Universidade, e a mesma vai certamente ser óptima a nível internacional.

Existem actualmente 5.000 estudantes e segundo a taxa de crescimento da população local prevê-se que esse número venha a registar um aumento até aos 10.000 nos próximos dez anos. As despesas dessa Universidade vão ser na sua maioria suportadas por via dos impostos do Governo. Será isso desperdício?

Se essa Universidade visa admitir apenas estudantes estrangeiros será que as propinas cobradas serão suficientes para o pagamento das despesas? Há ainda que tomar em conta as despesas de construção do *Campus*, que variam entre 6 mil milhões e 10 mil milhões de patacas. Sr. Chefe do Executivo, qual é a sua opinião sobre este assunto?

Ademais, com a cooperação e desenvolvimento entre Macau e Cantão, nomeadamente Zhuhai, é provável que se avance com a abertura dos postos fronteiriços durante 24 horas. Isso irá ter um enorme impacto junto das pequenas e médias empresas de Macau, nomeadamente os hotéis, uma vez que os vencimentos e os preços dos quartos em Macau não se podem comparar com os de Zhuhai. Neste momento, apenas 1,4 turistas, entre 100, passam a noite em hotéis de Macau, e caso os postos fronteiriços estejam abertos durante 24 horas muitos turistas irão optar por voltar a Zhuhai para passar a noite, o que certamente vai afectar os hotéis de Macau. Qual é a opinião do Sr. Chefe do Executivo sobre este assunto?

Muito obrigado.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado Sr. Presidente Lau Cheok Va.

Obrigado Sr. Deputado Cheung Lup Kwan.

Quanto ao problema do novo *campus* da Universidade de Macau, na Ilha da Montanha, trata-se de um projecto que o Sr. Vice-Presidente Ho Hau Wah submeteu à autorização do Governo Central há alguns anos, e depois de muito tempo de análise e estudo acabou por ser objecto de aprovação pelo Governo Central, sobretudo com a autorização concedida à RAEM, pelo Comité Permanente do Congresso Nacional do Povo, de uma área de 1,09 km² na Ilha da Montanha, para a construção do novo *campus* da Universidade de Macau num prazo de três anos. As despesas em causa, se não estou em erro, são de 1,2 mil milhões para o arrendamento e de 6,5 mil milhões para as infra-estruturas, tendo sido definido no ano passado o plano de desenvolvimento dos trabalhos, e após os três anos das

obras de construção será adoptado um modelo de gestão fechada por parte da RAEM, sendo a ligação com o exterior feita através de um túnel.

Segundo o plano daquela Universidade, pretende-se que os actuais seis mil alunos venham a aumentar para os dez mil, havendo depois um novo *campus* para os estudantes universitários de Macau, se não me engano, vinte vezes maior que a sua área actual. Na altura, aquando da cerimónia de lançamento da primeira pedra pelo Sr. Presidente Hu Jintao, no âmbito da comemoração do 10.º aniversário da transferência de soberania, foi dito que se esperava desenvolver o ensino superior com o apoio destas terras, e que a Universidade de Macau se viesse a tornar numa universidade internacional de 1.ª classe. De seguida foi criada uma comissão de trabalho. Neste momento o Sr. Secretário Lau é o responsável pelo desenvolvimento da parte das construções, que estão a ser realizadas de forma ordenada para garantir a conclusão das obras no prazo de três anos. Foram recrutados também arquitectos de renome do Continente para fazer o projecto de desenvolvimento em conjugação com as outras universidades.

Quanto à formação de quadros qualificados e à elevação de estatuto para universidade de 1.ª classe, no futuro, creio que isso vai demorar ainda algum tempo, que não vai ser curto, porque de agora até à mudança total de instalações, para além dos passos seguintes do desenvolvimento, há que recrutar professores catedráticos para Macau. Foi aprovada anteriormente pela Assembleia Legislativa uma lei que previa as remunerações do Director, Subdirector e professores catedráticos convidados da Universidade de Macau superiores às dos trabalhadores dos serviços públicos, com vista ao recrutamento e docência de académicos de renome, tal como foi anunciado recentemente pela Universidade de Macau. O desenvolvimento do ensino superior requer algum tempo, tratando-se de uma orientação da RAEM. Não sei se o Sr. Deputado Cheung quer falar sobre se vale a pena ou não desenvolver o ensino superior através do erário público. Ou se devemos apoiar as outras

instituições de ensino superior de Macau. A política do Governo é de apoio ao desenvolvimento da educação, e isto está muito claro nas Linhas de Acção Governativa, se bem que tenhamos de atender, como é óbvio, aos custos de funcionamento anual de cada universidade e aos seus objectivos de internacionalização, de forma a definir os respectivos percursos de desenvolvimento. Penso que depois o Sr. Secretário pode dispor de mais dados e dar-vos mais esclarecimentos.

Em relação à alfândega e à permanência dos turistas, de um modo geral, cada visitante não ultrapassa 1,5 dias de estadia em Macau, como tempo médio, sendo a maioria dos nossos turistas oriundos da Grande China, isto é, do Continente, de Hong Kong e de Taiwan, na ordem dos cerca de 90%, sendo os turistas internacionais na ordem dos 10%. Quanto ao problema da alfândega e da possibilidade de os automóveis poderem circular além-fronteira, não disponho realmente dos respectivos dados, razão por que não lhe posso responder. Espero poder responder-lhe assim que tenha os dados, mas já estudámos de facto em tempos a questão da abertura dos postos alfandegários durante vinte e quatro horas.

Obrigado Sr. Presidente.

Presidente: Bom, Srs. Deputados:

Dos vinte e quatro Srs. Deputados inscritos para usarem da palavra já todos tiveram a oportunidade para intervir, e neste momento são, precisamente, 18:00 horas. Antes de terminar esta sessão, muito agradeço a vinda do Sr. Chefe do Executivo Chui para responder às questões dos Srs. Deputados. Agradeço igualmente a presença dos Srs. representantes do Governo na sessão de hoje. Declaro encerrada a sessão.

Intérpretes-Tradutores: Gabinete de Tradução

Redactores: Gabinete de Registo e Redacção

